

BALANÇO 2019-2022



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

 **PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Ministro

Joaquim Alvaro Pereira Leite

SECRETARIA EXECUTIVA

Secretário-Executivo Felipe Ribeiro de Mello

SECRETARIA DA AMAZÔNIA E SERVIÇOS AMBIENTAIS

Secretário Marcelo Donini Freire

SECRETARIA DE ÁREAS PROTEGIDAS

Secretário Olivaldi Alves Borges Azevedo

SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE

Secretária Julie Messias e Silva

SECRETÁRIO DE CLIMA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Secretário Marcus Henrique Moraes Paranaguá

SECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL

Secretário André Luiz Felisberto França

Secretaria Executiva



Ações

Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA)

Resumo: Fomento de projetos para uso racional e sustentável de recursos naturais, incluindo manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental, mediante apoio não reembolsável pela ação 20N1 para instituições públicas e organizações da sociedade civil.

Valor investido: R\$ 10.819.495.

Resultados alcançados: Entre 2019 e 2022, os recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente foram destinados para garantir a continuidade de projetos em andamento, bem como para apoiar ações de política pública das áreas finalísticas do Ministério do Meio Ambiente. Entre as principais ações desenvolvidas, podem ser elencados os projetos selecionados no edital de 2018, na temática de segurança hídrica e áreas verdes urbanas, incluindo os convênios com Caruaru (PE), Bonito (PE), Teixeira de Freitas (BA), Vitória da Conquista (BA), Cordeiros (BA) e Itarema (CE). Também merecem destaque os projetos de edital de 2015, no segmento de recuperação ambiental de mananciais de água nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, cujas atividades foram concluídas entre 2021 e 2022. Houve destinação de aproximadamente R\$ 3 milhões a essas iniciativas em 2019 para complementação de recursos anteriores. Outra ação importante foi no segmento de resíduos sólidos, entre 2020 e 2022, com aplicação de R\$ 6 milhões em investimentos relacionados à política de qualidade ambiental urbana, ainda em fase de implementação.

Fundo Nacional Sobre Mudança do Clima – Não Reembolsável

Resumo: Fomento de projetos para mitigação da mudança do clima e adaptação aos seus efeitos, mediante apoio não reembolsável pela ação 20G4 para instituições públicas e organizações da sociedade civil.

Valor investido: R\$ 8.057.686.

Resultados alcançados: Entre 2019 e 2021, os recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) para financiamento não reembolsável de projetos ficaram destinados para a continuidade de iniciativas que já estavam em andamento ou para complementar ações de outras áreas do Ministério do Meio Ambiente. O destaque no período foram os segmentos de resíduos sólidos e áreas verdes urbanas, com investimentos de cerca de R\$ 7 milhões entre 2020 e 2021. No ano de 2022, foi lançado um edital próprio do FNMC para apoiar projetos municipais. Houve dez propostas aprovadas no certame, e o recurso de R\$ 525.980 foi



destinado para celebração de convênio com o primeiro colocado, que foi o projeto de Osasco (SP). Os outros nove projetos da lista de classificação aguardam novos recursos, sendo que os convênios ainda podem ser celebrados até o final do primeiro semestre do próximo exercício. A principal temática do edital é a redução das emissões de gases de efeito estufa, incluindo recuperação de áreas verdes, gestão de resíduos e remuneração por serviços ambientais.

Fundo Nacional Sobre Mudança do Clima – Reembolsável

Resumo: Financiamento de projetos para mitigação da mudança do clima e adaptação aos seus efeitos, mediante inversão financeira ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pela ação 00J4 para apoio reembolsável a empreendimentos de pessoas físicas e jurídicas, incluindo instituições públicas e privadas.

Valor investido: R\$ 1.348.633.844.

Resultados alcançados: Entre 2019 e 2022, a inversão financeira do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) para o BNDES chegou a um valor total de R\$ 1.348.633.844 na soma dos quatro anos. Esse montante representa 58% de todos os recursos repassados ao banco para financiamento reembolsável pelo FNMC desde a sua criação, em 2009. Os valores ficam disponíveis para operações de crédito destinadas ao fomento de projetos e empreendimentos. Os repasses do Ministério do Meio Ambiente ao BNDES foram de R\$ 348.709.939 do orçamento de 2019, R\$ 232.847.282 de 2020, R\$ 322.971.081 em 2021 e R\$ 444.105.542 de 2022. Este último foi o maior repasse anual na história do FNMC. As principais áreas apoiadas dizem respeito a energias renováveis e máquinas e equipamentos eficientes, além de mobilidade urbana e cidades sustentáveis, entre outras modalidades.



Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais (SAS)



“Nos últimos quatro anos, a Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais promoveu iniciativas de grande significância, permitido o avanço e estruturação da agenda. Entre diversas ações, podemos destacar:

- Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) – Avanço estruturante da mais alta relevância;*
- Operação Guardiões do Bioma – Realizada em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, a ação teve coordenação e atuação articulada de forma multidisciplinar entre diferentes órgãos e agências do Governo Federal, resultando em uma ação sem precedentes. A Operação Guardiões do Bioma promoveu verdadeira mudança de paradigma no combate a crimes ambientais;*
- Comissão Nacional para REDD+ - Significativos avanços com mais Estados elegíveis (Amazonas, Pará, Amapá e Tocantins) e capacidade de articulação com entes federativos, além de aprovação de resultados para captação de recursos para o bioma cerrado;*
- Programa Floresta+ – Representou importante avanço histórico na pauta de Pagamento por Serviços Ambientais.”*

Marcelo Donini Freire

Secretário da Amazônia e Serviços Ambientais

Ações

Departamento de Ecossistemas (Deco)

Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia

Resumo: A Amazônia é peça-chave na regulação climática global e sua paisagem vem passando por mudanças sem precedentes. Para combater esse cenário e contribuir com a sua conservação, o Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) aprovou o Programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia (ASL), que inclui projetos nacionais na Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname. Juntos, os projetos visam melhorar a gestão integrada da paisagem e a conservação de ecossistemas na Amazônia.

No Brasil, o projeto é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente; implementado pelo Banco Mundial; executado por Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil), Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e Fundação Getúlio Vargas (FGV); e, operacionalizado por Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e Órgãos Estaduais de Meio Ambiente do Acre (AC), Amazonas (AM), Pará (PA) e Rondônia (RO).



O ASL Brasil agrega esforços de diversos parceiros na Amazônia brasileira para ampliar e aperfeiçoar a gestão de Unidades de Conservação (UCs), aumentar a área sob recuperação da vegetação nativa, incentivar o uso sustentável da floresta e fortalecer as comunidades locais.

Valor investido: US\$ 60,330.000 (Fase 1) e US\$ 19.284.404 (Fase 2)

Resultados alcançados:

- Apoio ao acordo de cooperação entre a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia - SEDAM e EMATER para elaborar e monitorar 10 mil Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas. Este acordo apoia a implementação do Programa de Regularização Ambiental - PRA em Rondônia;
- Apoio à restauração florestal e ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). Foram adquiridos equipamentos e contratados serviços especializados para implementação do projeto de recuperação de áreas degradadas, visando a recuperação de áreas degradadas, para produtores que aderirem ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), no estado do Acre, abrangendo as regionais de desenvolvimento do Alto Acre, Baixo Acre, Purus e Tarauacá-Envira, onde as atividades de recomposição florestal atenderão, especificamente, pequenas propriedades e posses rurais da agricultura familiar. A área total para a execução dos serviços de recomposição florestal é estimada em 195 hectares;
- Apoio a análises de Cadastro Ambiental Rural no Pará e Rondônia. Foi contratada empresa para realizar a análise de 3.500 imóveis rurais, inscritos na Plataforma SICAR-PA, nos municípios de São Félix do Xingu e Altamira, prioritariamente na APA Triunfo do Xingu e contratada empresa para realizar a análise de 15.500 imóveis rurais em Rondônia;
- Aquisição de câmaras frigoríficas para apoiar o beneficiamento de pirarucu na reserva extrativista (Resex) Médio Juruá (Amazonas). Esta ação faz parte do esforço para promover a cadeia produtiva do pirarucu na Resex médio Juruá, melhorando o armazenamento e comercialização explorado de forma sustentável nesta unidade de conservação;
- Contratação de consultoria para avaliação do PLANAVEG. Foi contratada pessoa física no âmbito do projeto para realizar o balanço e o monitoramento do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG) e o levantamento de políticas públicas, programas e projetos direcionados para a recuperação no Brasil;



- Desenvolvimento da Estratégia, do Plano de Ação e do Grupo de Trabalho (GT) de Restauração Florestal do projeto. Devido ao baixo avanço para atingimento da meta de restauração florestal do projeto que, até então, somava 2.038 hectares de atividades de restauração previstas e/ou implementadas (6,98% da meta de 29.200 ha), foram elaboradas diretrizes para o próximo ciclo de planejamento anual que culminaram no desenvolvimento de uma estratégia, um plano de ação e um GT de Restauração Florestal. Como resultado, estão previstos mais 6.050 hectares (chegando a 27,70% da meta), além de atividades de fortalecimento da cadeia da restauração;
- Elaboração de acordo de cooperação entre MMA, Ibama e ICMBio para articular ações conjuntas relacionadas à recuperação da vegetação nativa. É previsto nesse acordo o desenvolvimento de uma plataforma de dados e informações espaciais para subsidiar ações de recuperação ambiental advindas de processos de compensação ambiental, reposição florestal em Unidades de Conservação (UCs), reparação de danos ambientais e ou conversão de multas ambientais, com o apoio do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia;
- Realização da Missão de Supervisão do projeto em Rio Branco (Acre). Foi realizada missão de supervisão presencial do projeto, contando com representantes de todas as suas unidades de coordenação e operação, agências executoras, e agência implementadora. A missão propiciou a realização de apresentações, troca de informações e monitoramento da execução, além de visitas técnicas às áreas apoiadas pelo projeto; e
- Realização de monitoramento de quelônios na Amazônia.

Projeto Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal - Projeto GEF Terrestre (Componente 3)

Resumo: O Projeto Estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal – GEF Terrestre, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA, é financiado com recursos do Global Environment Facility – GEF e tem o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como agência implementadora e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) como agência executora. O projeto tem o objetivo de melhorar a conservação na Caatinga, Pampa e Pantanal por meio da expansão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) e da integração com outras estratégias de conservação: os Planos de Ação Nacionais para espécies ameaçadas e a restauração de áreas degradadas. O Departamento de Ecossistemas (Deco) do MMA é membro da



Unidade de Coordenação Técnica do Projeto (UCP) e é a Unidade Operativa (UO) do Componente 3: Recuperação de áreas degradadas. Este Componente apoia a recuperação estratégica, florestal ou não florestal, de áreas degradadas no entorno e/ou interior das UCs visando aumentar o estoque de carbono, promover a adoção de práticas de manejo sustentáveis nas áreas de vegetação nativa existentes e mitigar os efeitos da fragmentação, promovendo a conectividade e fluxo gênico. Os impactos esperados dessas atividades incluem a melhoria e aumento de habitat para espécies ameaçadas, redução das espécies exóticas invasoras e melhoria no provimento de serviços ecossistêmicos. São metas do Componente 3 do GEF Terrestre:

- Elaboração de diretrizes bioma-específicas para planejamento e monitoramento da restauração (árvores de decisão e protocolos de monitoramento);
- Elaboração de mapas bioma-específicos de áreas prioritárias para recuperação da vegetação nativa; e
- Cinco mil hectares de áreas em processo de recuperação da vegetação nativa e adotando práticas de manejo sustentáveis.

Valor investido: R\$ 31.758.424,84

Resultados alcançados: Para promover o processo de recuperação de 5 mil hectares de áreas de vegetação nativa estão sendo elaborados e executados diferentes Planos de Recuperação no interior e/ou entorno de UCs da Caatinga, Pampa e Pantanal. Para isso, foram lançadas Chamadas de Projetos visando apoiar a elaboração de Planos de Recuperação para UCs pré-definidas na Caatinga, Pantanal e Pampa, bem como a execução da recuperação em campo de parte das áreas contempladas por esses planos. Ao todo, 25 projetos de recuperação foram selecionados e aprovados e, atualmente, estão em execução. Por meio destes 25 projetos, espera-se recuperar cerca de 6.886,40 hectares até maio de 2023, atingindo e superando a meta de 5 mil hectares de áreas em processo de recuperação da vegetação nativa e adotando práticas de manejo sustentáveis:

- Lançamento de duas Chamadas de Projetos de Recuperação da Vegetação no interior e entorno de Unidades de Conservação na Caatinga e Pampa;
- Contratação de sete projetos (seis na Caatinga e um no Pampa) visando a recuperação de 4.329,4 hectares de áreas degradadas;
- Lançamento de quatro Chamadas de Projetos de Recuperação da Vegetação no interior e entorno de Unidades de Conservação na Caatinga, Pampa e Pantanal;

- Contratação de oito projetos (três na Caatinga, dois no Pampa e três no Pantanal) visando a recuperação de 2.254 hectares de áreas degradadas;
- Lançamento de Chamada de Projetos de recuperação de áreas degradadas e combate à incêndios florestais em Unidades de Conservação do bioma Pantanal e fortalecimento da cadeia produtiva associada à recuperação nos biomas Pantanal, Caatinga e Pampa; e
- Contratação de 10 projetos (5 no Pantanal, 4 na Caatinga e 1 no Pampa) visando recuperação de áreas degradadas e combate à incêndios florestais em Unidades de Conservação do bioma Pantanal e fortalecimento da cadeia produtiva associada à recuperação nos biomas Pantanal, Caatinga e Pampa.

As áreas prioritárias para recuperação da vegetação nativa são instrumento complementar às áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, este último estabelecido pelo Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004. Os mapas de áreas prioritárias para a recuperação, elaborados com base em modelagem de cenários multicritérios (por exemplo, produção de água, criação de empregos, criação de corredores ecológicos, e mitigação e adaptação às mudanças climáticas) visam identificar áreas degradadas que, por sua importância em termos de conectividade, importância ecológica e recuperação de serviços ecossistêmicos, são prioritárias para serem recuperadas e que, ao mesmo tempo minimizem o conflito com atividades agrícolas (custos de oportunidade e os custos de implementação da restauração). A identificação de áreas prioritárias para recuperação da vegetação nativa nos biomas brasileiros auxiliará na implementação de políticas públicas, como a Lei da Proteção da Vegetação Nativa (Lei nº 12.651/2012), e no cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo país, identificando áreas onde o custo-benefício de recuperação da vegetação é maior, otimizando a utilização de recursos públicos e privados e impulsionando a recuperação da vegetação em larga escala no Brasil.

- Contratação do Instituto Internacional para a Sustentabilidade – IIS para elaboração de modelagem espacial para definição de áreas prioritárias para recuperação da vegetação nos biomas Caatinga, Pantanal e Pampa;
- Realização de três Oficinas/Workshops com especialistas (um por bioma) para validação da metodologia e base de dados para elaboração das áreas prioritárias para recuperação da vegetação nos biomas Caatinga, Pantanal e Pampa;
- Realização de três Oficinas/Workshops com especialistas (um por bioma) para validação dos resultados da modelagem espacial sobre áreas prioritárias para recuperação da vegetação nos biomas Caatinga, Pantanal e Pampa;



- Finalização da consultoria do Instituto Internacional para a Sustentabilidade – IIS para elaboração de modelagem espacial para definição de áreas prioritárias para recuperação da vegetação nos biomas Caatinga, Pantanal e Pampa;
- Contratação de três consultorias (uma por bioma) para aprimoramento das recomendações sobre técnicas de recuperação e monitoramento da recuperação nos biomas Caatinga, Pampa e Pantanal/Cerrado no âmbito das plataformas da Embrapa (Webambiente e Agrotag VEG), incluindo análise da viabilidade econômica dos modelos/técnicas de recomposição recomendados. O WebAmbiente é um sistema de informação interativo para auxiliar tomadas de decisão no processo de adequação ambiental da paisagem rural e contempla o maior banco de dados já produzido no Brasil sobre espécies vegetais nativas e estratégias para recomposição ambiental. O Agrotag VEG tem como proposta a identificação, qualificação e disponibilização de informações técnicas sobre experiências já implantadas de recuperação em Áreas de Preservação Permanente (APP), Reserva Legal (ARL) e de Uso Restrito (AUR), apoiando a implementação de políticas públicas voltadas ao tema recomposição da vegetação, principalmente a Lei 12.651/2012; e
- Apresentação dos resultados das consultorias sobre aprimoramento das recomendações sobre técnicas de recuperação e monitoramento da recuperação nos biomas Caatinga, Pampa e Pantanal/Cerrado no âmbito das plataformas da Embrapa (Webambiente e Agrotag VEG) na IV Conferência Brasileira de Restauração Ecológica – SOBRE2022. Foram realizadas pelo GEF Terrestre a contratação de três consultorias (pessoa jurídica) para aprimoramento das recomendações sobre técnicas de recuperação e monitoramento da recuperação nos biomas Caatinga, Pampa e Pantanal/Cerrado no âmbito das plataformas da Embrapa (Webambiente e AgroTagVeg), incluindo análise da viabilidade econômica dos modelos/técnicas de recomposição recomendados.

Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica - Projeto Mata Atlântica

Resumo: O Projeto é coordenado pelo MMA, com apoio financeiro viabilizado pelo KfW Entwicklungsbank (Banco Alemão de Desenvolvimento), executado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO. O objetivo do projeto é promover a recuperação da vegetação em áreas degradadas e o fortalecimento da cadeia produtiva associada à recuperação nas três regiões de Mosaicos de Unidades de Conservação em que o projeto atua nos estados da Bahia (Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia), Rio de Janeiro (Mosaico Central Fluminense) e



São Paulo/Paraná (Mosaico do LAGAMAR), com enfoque em Reservas Particulares de Patrimônio Natural – RPPNs.

Valor investido: R\$ 28.000.000

Resultados alcançados:

- Assinatura do Acordo de Cooperação com Funbio;
- Chamada de Projetos nº06/2021 publicada;
- Dez contratos assinados com as instituições contempladas com recursos da Chamada de Projetos nº06/2021, visando a recuperação de 3.092 hectares de áreas degradadas; e
- 1º Seminário para trocas de experiências entre projetos de recuperação da vegetação na Mata Atlântica

Departamento de Conservação Florestal e Serviços Ambientais (Deflor)

Projeto Floresta+ Amazônia

Resumo: O Projeto Floresta+ Amazônia apoia quem protege e recupera a floresta e contribui para a redução de emissões de gases de efeito estufa. Com o foco na estratégia de incentivo aos serviços ambientais, até 2026 a iniciativa reconhece o trabalho de pequenos produtores, proprietários ou possuidores de imóveis rurais com até quatro módulos fiscais, apoia projetos de povos indígenas e de comunidades tradicionais e ações de inovação com o foco no desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal. A Estratégia Nacional para REDD+ também tem sido fortalecida no âmbito do projeto. Implementado com recursos do Fundo Verde para o Clima (GCF), o Projeto Floresta+ Amazônia é resultado da parceria entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Valor investido: US\$ 96.452.228

Resultados alcançados:

- Aprovação pelo GCF do Floresta+: Foi aprovado em fevereiro de 2019 pelo órgão financiador do Projeto Floresta+ Amazônia;
- Assinatura, em março de 2020, entre a agência implementadora (PNUD) e o



Ministério do Meio Ambiente do documento de projeto do Floresta+ Amazônia;

- Manual Operativo do Projeto Piloto Floresta+ Amazônia – um documento orientador da implementação do projeto e, portanto, traz todas as regras para a realização dos pagamentos por serviços ambientais previstos no projeto;
- Plano de gestão social e ambiental do projeto piloto Floresta+ Amazônia: o Plano de gestão social e ambiental (ESMP, pela sigla em inglês) é um requisito do doador do projeto piloto Floresta+, que deve ser desenvolvido por uma terceira parte, consultando as partes interessadas no projeto e que deve ser amplamente divulgado. Outros dois documentos públicos foram produzidos ao longo do processo e embasaram o ESMP, a saber: o Marco de gestão socioambiental (ESMF, pela sigla em inglês) e a Avaliação de impactos sociais e ambientais (ESIA, pela sigla em inglês); e
- Execução do Floresta+ Amazônia: Em 2022, foram abertas duas chamadas da modalidade Conservação. A primeira chamada da modalidade possibilitou o incentivo à conservação de 1.605,8 hectares. A modalidade de Recuperação passou por um processo de revisão e deve começar a execução no primeiro trimestre de 2023. A modalidade Comunidades recebeu 259 ideias de projetos e habilitou 21 instituições parceiras, a próxima etapa é o detalhamento dos projetos, o edital deve sair entre dezembro e janeiro. A modalidade Inovação está executando o eixo de ideação e aceleração, além de estar passando pela contratação dos outros eixos de inovação.

A Comissão-Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa (CONAVEG)

A CONAVEG foi instituída no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, pelo Decreto Presidencial nº 10.142, de 28 de novembro de 2019, como um órgão colegiado de formulação de políticas públicas para a redução do desmatamento ilegal e promoção da recuperação da vegetação nativa.

Valor investido: não se aplica.

Resultados alcançados:

- Criação da CONAVEG, pelo Decreto 10.142, de 28 de novembro de 2019;
- Criação das Câmaras Consultivas Temáticas (CCTs), por meio das Resoluções nº 1, 2 e 3, de 23 de abril de 2020;

- Publicação da Lei nº 14.119 de 13 de janeiro de 2021, que Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais e altera as leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política;
- Publicação de Portaria MMA nº 78, de 3 de março de 2021, que declara estado de emergência ambiental em épocas e regiões específicas para fins de planejamento e contratação de pessoal temporário (brigadistas) para execução de atividades de prevenção e combate aos incêndios florestais em todo o território nacional;
- Publicação do Decreto nº 10.735, de 28 de junho de 2021, que determina a suspensão da permissão do emprego do fogo de que trata o Decreto nº 2.661, de 8 de julho de 1998, no território nacional pelo prazo de 120 (cento e vinte dias);
- Relatório “Balanço de Atividades 2020 – Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020-2023”. O documento apresenta informações sobre o primeiro ano de implementação do Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020-2023, aprovado pela Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa (Decreto nº 10.142, de 28 de novembro de 2019), com o objetivo de compartilhar e divulgar os esforços e os resultados alcançados em 2020 no âmbito do combate ao desmatamento ilegal e aos incêndios florestais e à recuperação da vegetação nativa, contribuindo, assim, para a transparência e o monitoramento da estratégia governamental para a redução do desmatamento e a recuperação da vegetação nativa;
- Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) para integrar atividades no combate a ilícitos ambientais. (Ação do GM/MMA). O ACT tem objetivo de estabelecer os termos, entre o MMA e o MJSP, visando o estabelecimento de ações de cooperação e apoio técnico para integrar dados e políticas públicas voltados para o combate ao desmatamento ilegal, prover informações estratégicas relacionadas às suas competências e à comunicação adequada sobre as ações implementadas no combate ao desmatamento ilegal, bem como fortalecer as ações de proteção ambiental e repressão a ilícitos contra o meio ambiente, por meio do desenvolvimento de ações conjuntas entre o MMA, Ibama, ICMBio e MJSP, com foco na investigação de infrações administrativas e penais de competência federal, nas ações ostensivas de poder de polícia e na adoção de protocolos operacionais integrados, observada a atribuição legal de cada órgão ou entidade;



- Publicação da Portaria GM/MMA nº 474, de 19 de outubro de 2021, que dispõe sobre os requisitos para a inclusão na lista de municípios prioritários para ações de prevenção e controle do desmatamento e na lista de municípios com desmatamento monitorado e sob controle;
- Revisão do Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020-2023 e revisão do Plano Operativo 2020-2023. A Resolução nº 7, de 1º de dezembro de 2021, aprova a primeira revisão do Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020-2023 e a revisão do Plano Operativo 2020-2023.
- Criação das Câmaras Consultivas Temáticas (PSA, Incêndios e Recuperação), pelas Resoluções nº 8, 9 e 10, de 1 de dezembro de 2021;
- Criação da Câmara Consultiva Temática para Qualificação dos Dados de Desmatamento e Incêndios Florestais, pela Resolução nº 11, de 25 de março de 2022;
- Publicação do Decreto nº 11.100, de 22 de junho de 2022, que determina a suspensão da permissão do emprego do fogo de que trata o Decreto nº 2.661, de 8 de julho de 1998, no território nacional pelo prazo de 120 (cento e vinte dias);
- Relatório “Balanço de Atividades 2021 – Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020-2023”. O documento que apresenta informações sobre o segundo ano de implementação do Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020-2023, aprovado pela Resolução da Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa (Resolução nº 12, de 13 de julho de 2022), com o objetivo de compartilhar e divulgar os esforços e os resultados alcançados em 2021 no que toca ao controle do desmatamento ilegal e dos incêndios florestais e à recuperação da vegetação nativa, contribuindo, assim, para a transparência e o monitoramento da estratégia governamental para a redução do desmatamento e a recuperação da vegetação nativa;
- Segunda revisão do Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020-2023 e do Plano Operativo 2020-2023, aprovada pela Resolução nº 13, de 13 de julho de 2022; e
- Publicação da Portaria GM/MMA nº 251, de 31 de outubro de 2022, que dispõe sobre a atualização das listas de municípios prioritários para ações de prevenção



e controle do desmatamento e de municípios com desmatamento monitorado e sob controle, a que se refere o Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007.

REDD+

Resumo: REDD+ é um instrumento desenvolvido no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima para recompensar financeiramente países em desenvolvimento por seus resultados relacionados à recuperação e conservação de suas florestas. O Brasil é pioneiro na implementação deste instrumento. Há anos, capta recursos internacionais com base na redução do desmatamento e atualmente conduz o projeto Piloto Floresta+, para distribuição de benefícios de REDD+ entre diferentes atores-chaves.

Valor investido: não se aplica.

Resultados alcançados:

- Criação da Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - REDD+, pelo Decreto 10.144, de 28 de novembro de 2019;
- Resoluções nº 1 e 2, de 22 de julho de 2020, que criam os Grupos de Trabalho Técnicos sobre Salvaguardas e sobre Mensuração, Relato e Verificação de resultados de REDD;
- Submissão de resultados de REDD+ para biomas Amazônia e Cerrado. Anexo ao IV Relatório Biental de Atualização à UNFCCC (BUR4), o MMA coordenou o processo de preparação, validação junto ao GTT MRV e submissão de dois anexos técnicos sobre REDD+. O Anexo Técnico I traz resultados de redução de emissões do desmatamento no bioma Amazônia alcançados nos anos 2018 e 2019, enquanto o Anexo Técnico II traz resultados do Cerrado atingidos nos anos 2018, 2019 e 2020;
- Entrega dos Indicadores de avaliação de salvaguardas, em outubro de 2021;
- Entrega da Plataforma com acesso externo para o público disponibilizada no site infohub, em outubro de 2021;



- Resoluções 4 e 5 de 2021 da CONAREDD+, que adota os indicadores de salvaguardas para a fase inicial de monitoramento do SISREDD+ e aprova a elegibilidade dos estados do Amazonas e Tocantins para a captação de pagamentos por resultados de REDD+, respectivamente;
- Info Hub Brasil para REDD+. Lançamento inicial da plataforma de divulgação e transparência sobre os resultados de REDD+, pagamentos por resultados captados e os projetos, do governo federal e dos Estados amazônicos, financiados com tais pagamentos;
- Manual de Elegibilidade dos Estados e Instituições do Governo Federal. O manual de elegibilidade traz informações que auxiliarão os Estados e Instituições do Governo Federal na compreensão do processo para se tornarem elegíveis para a captação de recursos de REDD+;
- Publicação dos indicadores definidos pelo país para a aplicação piloto do Sistema de Informações sobre Salvaguardas de REDD+. O presente documento apresenta um histórico das etapas de desenvolvimento dos trabalhos e a proposta de indicadores para a fase piloto do SISREDD+, definidos pelo Grupo de Trabalho de Salvaguardas, instituído em 2020 e aprovados pela CONAREDD+ em 29 de outubro de 2021;
- Resoluções nº 6 e 7, de 4 de abril de 2022, que criam os grupos de trabalho técnico sobre Salvaguardas de REDD+ e sobre Mensuração, Relato e Verificação de resultados de REDD+, respectivamente;
- Resoluções 8 e 9 de 29 de agosto de 2022, que define a distribuição dos limites de captação de pagamentos por resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento no bioma Cerrado nos períodos entre 2011 e 2017 e entre 2018 e 2020, e define as regras para a elegibilidade de Estados do Cerrado e entidades federais para acesso e captação de pagamentos por resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento e da degradação florestal neste bioma, respectivamente;
- Resolução nº 10, de 29 de agosto de 2022, que aprova a elegibilidade dos estados do Amapá e Pará para a captação de pagamentos por resultados de REDD+; e
- Proposta de FREL – Submissão do novo Nível de Referência do Brasil. Está sendo construído com apoio de consultoria e no âmbito do Grupo de Trabalho Técnico -MRV;



Projeto de cooperação técnica de parcerias para Inovação na floresta amazônica

O “Projeto de Cooperação Técnica Brasil-Alemanha: Parcerias para Inovações para a Proteção da Floresta Tropical da Amazônia Brasileira” foi celebrado entre o MMA e a GIZ em 2021, e objetiva contribuir para a implementação da estratégia nacional de combate ao desmatamento ilegal e conservação da vegetação nativa. Para tal, prevê o envolvimento de setores diretamente relacionados com o uso dos recursos naturais e da promoção da agenda florestal e climática para além da agenda governamental, com atenção aos atores sociais mais vulneráveis. Projeto é composto de atividades que perpassam diversas frentes de atuação, sendo estruturado em cinco componentes:

- Fortalecimento da estratégia para combate ao desmatamento ilegal e recuperação da vegetação nativa, inclusive através de pagamento de serviço ambientais;
- Inovações para sistemas de controle e fiscalização do desmatamento e rastreabilidade dos produtos não madeireiros;
- Fomento à bioeconomia, com foco em inovações para o empreendedorismo local e cadeias produtivas sustentáveis;
- Acordos entre os atores-chave sobre cadeias produtivas sustentáveis; e
- Atendimento às populações vulneráveis que venham a ser afetadas por medidas de mudança adotadas e implementadas.

Valor investido: não se aplica.

Resultados alcançados:

- Elaboração do Plano Operativo Anual do Projeto, em dezembro de 2021, com detalhamento das ações executadas em 2022;
- Contratação em andamento de pessoa jurídica para estudos de viabilidade para elaboração de modelagem jurídica de arranjos de parceria para a conservação e recuperação em unidades de conservação federais, baseados em performance de carbono;
- Contratação em andamento de pessoa jurídica para estudo de viabilidade econômica visando a Concessão de Serviços de Conservação e Recuperação com Ênfase na Geração de Créditos de Carbono na Reserva Extrativista Rio Ouro



Preto (Rondônia);

- Contratação em andamento de pessoa jurídica para estudo de viabilidade econômica visando a Concessão de Serviços de Conservação e Recuperação com Ênfase na Geração de Créditos de Carbono, no Parque Nacional Nascentes do Lago Jari (Amazonas);
- Acordo Grant firmado com Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE) em andamento, para Estruturação da Estratégia Federal de Voluntariado em Manejo Integrado do Fogo; e
- Contratação em andamento de pessoa jurídica para realizar estudo sobre a rastreabilidade de produtos não-madeireiros.

FIP Coordenação

Resumo: O Projeto FIP Coordenação atua no monitoramento e avaliação dos projetos financiados pelo FIP no Brasil de forma a intervir positivamente em questões que possam colocar os projetos em algum nível de risco, bem como incentivar a construção de ações de sinergia entre eles. Os principais destaques deste projeto incluem a organização de eventos entre os gestores dos projetos, identificação de sinergias, construção de ferramenta de monitoramento da execução – dashboard, divulgação dos avanços dos projetos e elaboração de relatórios para os doadores. O objetivo do FIP Coordenação é fortalecer a capacidade da República Federativa do Brasil de: coordenar projetos do Plano de Investimento do Brasil (BIP) e supervisionar, planejar, monitorar, avaliar e prestar contas sobre a implementação do BIP.

Valor investido: não se aplica.

Resultados alcançados:

- Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Fundação Pró-Natureza (Funatura) para execução do projeto FIP Coordenação. O ACT possui vigência até 23/02/2023 com previsão de prorrogação.
- Contratação de pessoa jurídica para realizar avaliação do Plano de Investimentos do Brasil para o Programa de Investimentos Florestais, que deve abordar a avaliação de impactos do programa, bem como de desempenho e resultados dele e dos oito projetos que o compõem. Contrato em andamento.

Programa Políticas sobre Mudança do Clima (Pomuc)

Resumo: O Programa Políticas sobre Mudança do Clima (Pomuc) é um projeto de cooperação técnica implementado com base no Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e da República Federal da Alemanha, assinado em 28 de junho de 2016. Inicialmente, o programa teve duração prevista de agosto de 2021 a novembro de 2022, sendo posteriormente prorrogado até maio de 2024.

Valor investido: não se aplica.

Resultados alcançados:

- Contratação em andamento de pessoa jurídica para idealizar solução digital e analisar os requisitos para o desenvolvimento do Cadastro Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (CNPSA), de acordo com a Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, que no Termo de Referência é chamado de “Cadastro PSA”;
- Elaboração de design gráfico e construção do Info Hub Brasil. A contratação encontra-se na fase final de execução. A consultoria apresentará informações sobre os resultados de REDD+ do Brasil, a distribuição dos limites de captação entre o governo federal e os Estados, os acordos de pagamentos por resultados, os pagamentos recebidos e as submissões técnicas do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC); e
- Monitoramento SISREDD+ – Consultoria (pessoa jurídica) para construção do SISREDD+ (consultoria pessoa jurídica para realizar o monitoramento piloto de indicadores das salvaguardas de REDD+). O objetivo é, além de compor uma linha de base para os indicadores, testar as variáveis, cálculos, fontes de informação, esforço de coleta e a abordagem metodológica proposta para avaliação do cumprimento das salvaguardas de REDD+, observando todos os marcos regulatórios nacionais e internacionais relacionados às salvaguardas.

Acordo de Cooperação técnica entre MMA, ICMBio e BNDES

Resumo: Acordo de Cooperação técnica entre MMA, ICMBio e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para estudo preliminar e estruturação de concessão de Unidades de Conservação com foco na receita de Pagamento por Serviço Ambiental (PSA).



Valor investido: não se aplica.

Resultados alcançados: O estudo preliminar e estruturação de concessão de Unidades de Conservação com foco na receita de Pagamento por Serviço Ambiental (PSA) está em andamento.

Secretaria de Clima e Relações Internacionais (SCRI)



Ações

Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFCs (PBH) – Programa de Proteção à Camada de Ozônio

Valor investido: R\$ 79 milhões (Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal – FML)

Resultados alcançados: Na Etapa II do programa, os recursos foram investidos para a conversão tecnológica de 133 empresas e treinamento e capacitação de 7.627 técnicos de refrigeração sobre contenção de HCFC-22. A Etapa II do PBH, que conta com recursos financeiros do Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal (FML), é uma fase do programa governamental, iniciado em 2017, com previsão de conclusão até 2025, composto por diretrizes e ações voltadas para a eliminação de 464,06t com Potencial de Destruição do Ozônio (PDO) de hidroclorofluorcarbonos (HCFCs), por meio de atividades de conversão industrial, assistência técnica, capacitação e ações regulatórias, nos setores de manufatura de espumas de poliuretano (PU) e manufatura e serviços em refrigeração e ar-condicionado. Unindo-se ao esforço global de proteção da camada de ozônio e do clima, em 2021 o Brasil alcançou a redução de 63% do consumo de HCFCs, índice superior à meta estabelecida, que era 51,6%.

Somente no período entre 2019 e 2022, destacam-se os seguintes resultados:

- Conversão tecnológica de 116 empresas do setor de espumas de poliuretano para a eliminação do uso da substância controlada HCFC-141b dos processos industriais dessas empresas, incluindo o apoio ao desenvolvimento tecnológico, modificações nas fábricas, implementação de medidas de segurança e aquisição de equipamentos;
- Conversão tecnológica de seis empresas do setor de refrigeração comercial para a eliminação do uso da substância controlada HCFC-22 dos processos industriais das mesmas, incluindo o apoio ao desenvolvimento tecnológico, modificações nas fábricas, implementação de medidas de segurança e aquisição de equipamentos;
- Capacitação de 4.222 técnicos de ar-condicionado e 388 técnicos de refrigeração comercial para a aplicação das boas práticas com vistas à redução dos vazamentos de fluidos refrigerantes durante as atividades de instalação e manutenção, incluindo a aquisição de ferramentas e equipamentos adicionais para as escolas profissionalizantes contratadas. Os cursos de capacitação foram ministrados nos seguintes estados: São Paulo, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Maranhão, Amazonas, Rondônia, Rio Grande do Norte, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pernambuco, além do Distrito Federal;

- Implantação de dois centros de treinamento – um no Rio de Janeiro (RJ) e outro em Curitiba (PR) –, para a capacitação de 300 técnicos sobre o uso seguro dos fluidos refrigerantes naturais CO₂ e HC-290 em sistemas de refrigeração comercial, principalmente para supermercados, com previsão do início das capacitações em 2023;
- Seleção de cinco centros de treinamento para a capacitação de 700 técnicos sobre o uso seguro de fluidos inflamáveis em aparelhos de ar-condicionado do tipo split, incluindo a aquisição de ferramentas e equipamentos adicionais para os treinamentos, com previsão do início das capacitações em 2023, nas seguintes escolas profissionalizantes: Escola Sesi/Senai Toledo, em Toledo (PR); Escola Senai Oscar Rodrigues Alves, em São Paulo (SP); Escola Sesi/Senai Jardim Colorado, em Goiânia (GO); Senai Centro de Excelência em Educação e Tecnologia Sebastião Camargo, em Porto Velho (RO), e o Centro de Tecnologias do Gás & Energias Renováveis (CTGAS-ER), em Natal (RN);
- Apoio à tradução e elaboração da Norma ISO 5149 (Sistemas de refrigeração e bombas de calor – segurança e requisitos ambientais), que aborda procedimentos de segurança (manuseio, limite de carga, vazamentos etc.) para a utilização de fluidos refrigerantes sintéticos ou naturais, inflamáveis ou tóxicos, conforme o ambiente (residências, salas comerciais, hospitais etc.), em equipamentos de refrigeração e ar-condicionado. A referida norma é composta de quatro partes: 1 (Definições, classificação e critérios de seleção), 2 (Projeto, construção, ensaios, identificação e documentação), 3 (Local de instalação) e 4 (Operação, manutenção, reparo e regeneração).

No âmbito do **Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFCs (PBH)**, por meio do **Projeto de Gerenciamento e Destinação Final Ambientalmente Adequada de Resíduos de Substâncias que Destroem o Ozônio (SDOs) – FML-BRA/14/G72 - 02000.002478/2014-11** foram **investidos mais de 7,9 milhões de reais** para apoiar a destinação final ambientalmente adequada das SDOs provenientes das atividades de manutenção, reparo ou desativação de equipamentos de refrigeração e ar-condicionado. Dentre os principais resultados do projeto, destacam-se:

- Aumento da capacidade de armazenamento de SDOs em quatro Centros de Regeneração e Armazenamento (CRAs), com a entrega de 15 cilindros de 1.000 libras e 20 cilindros de 100 libras;
- Melhorias na operação de três CRAs, com a entrega de equipamentos, ferramentas e materiais para o adequado manuseio de SDOs (recolhedora, detector de vazamentos, identificador de fluido refrigerante), além da montagem de quatro laboratórios completos de análise química de fluidos refrigerantes e a realização de treinamentos;
- Realização de investimentos na planta da empresa selecionada, localizada em



Taboão da Serra - SP, para a realização do processo de destruição térmica de SDOs consideradas inservíveis. Essas atividades incluíram a instalação de um sistema de alimentação, modificação e instalação de novos sistemas e filtros para a captura de material particulado; realização controlada de testes operacionais e de queima de gases. Após a emissão da licença ambiental de operação pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), foi realizada a queima de 22.837 kg de SDOs, com a previsão adicional de 2.455 kg até o final de 2022;

- Realização de capacitação dos órgãos estaduais de meio ambiente sobre controle, identificação, destinação, gestão de riscos e fiscalização de SDOs e substâncias alternativas.

A fim de apoiar as ações do governo brasileiro relacionadas à condução das políticas públicas de controle, redução e eliminação do consumo das substâncias controladas pelo Protocolo de Montreal, foi aprovado, em 2022, o **Projeto de Fortalecimento Institucional - Fase IX (BRA/22/G71)**, com **recursos do FML, no valor aproximado de R\$ 2.246.400**.

Esse projeto contribuirá para implementação de legislação; elaboração de relatórios; supervisão e implementação das atividades de redução e eliminação das substâncias controladas; conscientização e troca de informações; cooperação regional e participação em reuniões no âmbito do Protocolo de Montreal.

No dia 19 de outubro de 2022, o Brasil ratificou a Emenda de Kigali ao Protocolo de Montreal. O objetivo da Emenda consiste na redução escalonada do consumo de hidrofluorcarbonos (HFCs) até o ano de 2045, com o congelamento desse consumo em 2024 e redução de 10% em 2029. Embora os HFCs não sejam substâncias que destroem o ozônio, seu uso contribui para o aquecimento do sistema climático global e estão incluídos na cesta de gases de efeito estufa cujas emissões são controladas pelo Protocolo de Quioto e Acordo de Paris.

Em outubro de 2022, o Ibama publicou consulta pública com o objetivo de receber contribuições para o aperfeiçoamento de proposta de Instrução Normativa sobre o controle das importações de HCFC e de misturas contendo HCFC, conforme anexo C/I do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio. A nova legislação prevê o acesso de novas empresas à cota de importação de HCFCs e estabelecerá os limites máximos de importação a partir de 2023 até a eliminação total em 2040.

Ações de implementação da Política Nacional de Combate à Desertificação (PNCD)

Valor investido: R\$ 2.841.296,45

Resultados alcançados: Mediante o Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/14/001 “Implementação de estratégias e ações e de prevenção, controle e combate à desertificação face aos cenários de mudanças climáticas e à Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD)”, foram realizadas entregas voltadas à implementação da Política Nacional de Combate à Desertificação – PNCD.

Em 2019, foram concluídas intervenções ambientais, sociais e produtivas, com vistas à preservação, reabilitação, adaptação e mitigação, beneficiando cinco comunidades rurais isoladas nos estados da Bahia, Piauí e Maranhão, em áreas altamente impactadas por ecossistemas vulneráveis a processos de degradação e desertificação.

Foram beneficiadas diretamente 150 famílias, por meio da recuperação de 14 nascentes, de 37,5 hectares de áreas degradadas e da construção de 234 Barragens de Contenção de Sedimentos.

Foram implantados 25.300 metros de cordões de pedra em curvas de nível e instaladas 55 unidades sanitárias.

Ainda, foram construídos 148 fogões eficientes e 60 cisternas de captação e armazenamento de água para consumo humano e produção, bem como realizados 144 treinamentos em técnicas de manejo sustentável da terra.

Em 2021/2022, foi concluída a tradução e revisão da Norma ABNT NBR ISO 14055-1 - Orientações para estabelecer boas práticas para o combate à degradação da terra e desertificação/Estrutura de boas práticas.

Encontra-se em fase final de elaboração a Norma ABNT NBR ISO 14055-2 - Orientações para estabelecer boas práticas para o combate à degradação da terra e desertificação/Estrutura de boas práticas – Estudo de Caso.

Em parceria com a Embrapa Territorial, foi elaborado o relatório “Inteligência Territorial Estratégica para apoio as ações de prevenção e combate da desertificação e degradação da terra no Bioma Caatinga” e desenvolvida a “Plataforma de Informações para Combate à Desertificação” visando contribuir para a implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e da Política Nacional de Combate à Desertificação.

Ainda no âmbito do projeto, foram realizadas obras, de caráter demonstrativo, de recuperação da paisagem e combate à desertificação na bacia hidrográfica do Juramento, em Minas Gerais. Foram construídas 61 bacias de acumulação (barraginhas) para retenção de águas de chuva e 38,37 Km de terraços em curva de nível, para melhor absorção da água de chuva e



contenção de erosão. Também foram recuperados 142,8 ha de pastagens.

Em cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Observatório Mundial das Abordagens e Tecnologias de conservação (WOCAT) foi realizado o workshop “Rumo a uma Estratégia Nacional de Combate à Degradação da Terra e Gestão Sustentável do Solo no Brasil”, com participação de representantes da Colômbia, Equador e Uruguai.

Por sua vez, o “Projeto de Cooperação Técnica Internacional *“Revertendo o Processo de Desertificação nas Áreas Suscetíveis do Brasil: Práticas Agroflorestais Sustentáveis e Conservação da Biodiversidade (REDESER) – GCP/BRA/085/GFF”*”, tem como objetivo interromper e reverter o processo de desertificação e enfrentar as causas cada vez mais fortes da degradação do solo e da perda de biodiversidade nos ecossistemas da Caatinga em áreas suscetíveis à desertificação.

O projeto é implementado em parceria com a FAO sob a coordenação e supervisão técnica do MMA/SCRI/DCL-Desertificação, com recursos do GEF, no valor de 3,9 milhões de dólares.

Encontram-se em andamento as seguintes iniciativas:

- Acompanhamento do Contrato firmado entre a FAO e a empresa ERM Brasil Ltda para realizar serviço técnico especializado para “Subsidiar estudo sobre alternativas e reflexões para aperfeiçoamento da comunicação nacional à UNFCCC e respectivo Inventário Nacional de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa - GEE”;
- Implementação e acompanhamento da Carta de Acordo 002/2022, firmada entre a FAO e a Associação Plantas do Nordeste (APNE), visando a prestação de serviços para “Ampliar e fortalecer a base técnico-científica do manejo florestal sustentável da Caatinga, visando colher subsídios técnicos que poderão melhorar o manejo dos recursos florestais do bioma”;
- Implementação e acompanhamento da Carta de Acordo 004/2022 – FAO e a Associação Cristã de Base (ACB) para “Implementar e fortalecer boas práticas de gestão integrada dos recursos naturais em paisagens produtivas da Caatinga, focada na produção de alimentos e uso sustentável do bioma, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida nos aspectos socioeconômico e ambiental de comunidades rurais da Área de Proteção Ambiental da Chapada do Araripe”;
- Acompanhamento da tramitação no âmbito da FAO da proposta de Carta de Acordo a ser firmada com a Embrapa Semiárido para “Interromper e reverter o processo de degradação ambiental, a fim de reduzir as vulnerabilidades e promover o

desenvolvimento social, econômico e ambiental, por meio da implantação de agroecossistemas multifuncionais e práticas adequadas de recuperação de áreas degradadas”, nos municípios de Uauá - Bahia e Delmiro Gouveia - AL;

- Realização de procedimentos técnicos com vistas à seleção e contratação de prestadora de serviços para “Fortalecer atividades de aproveitamento sustentável e recuperação dos recursos naturais para reduzir as pressões e a degradação do ambiente na Área Prioritária do Seridó (Paraíba e Rio Grande do Norte) com a ampliação da oferta de biomassa florestal para energia e forragem, por meio do manejo florestal e silvopastoril da Caatinga, produção intensiva de forragem e promoção do arranjo promotor de inovação (API) e meliponicultura”, assim como para a celebração de Carta de Acordo com instituição constante no Prodoc para “Ampliar e melhorar a oferta de bens e serviços provenientes da conservação, do manejo sustentável e da restauração em áreas suscetíveis à desertificação para promoção do uso sustentável, agroindustrialização, comercialização de produtos e acesso ao crédito e políticas públicas para inserção de produtores agroextrativistas em circuitos bioeconômicos, visando a geração de renda e a interrupção e reversão de processos de desertificação e degradação da terra, em áreas de uso pecuário coletivo no município de Uauá (área prioritária da Bahia), com ênfase na implementação do manejo integrado de recursos naturais em comunidades de Fundo de Pasto.

O Projeto de manejo do uso sustentável da Terra no semiárido do nordeste brasileiro (Sergipe), em 2021, finalizou o seu ciclo da cooperação registrando o cumprimento de seus objetivos e o alcance dos resultados previstos.

Os produtos entregues demonstram o êxito e impactos do projeto sobre os beneficiários, ou seja, para comunidades, agricultores, técnicos, extensionistas e instituições envolvidas com as práticas do manejo sustentável de terra, combate à desertificação e degradação da terra, tendo-se como referência o estado de Sergipe.

No período de 2019 a 2021, foram investidos R\$ 2.894.822,73 em boas práticas de manejo e conservação do solo, beneficiando diretamente comunidades situadas em áreas suscetíveis à desertificação, destacando-se:

- Entrega de 140 mil mudas de gliricídias e 1,15 milhão de raquetes de palmas para a recuperação e melhoria da capacidade produtiva de agricultores familiares;
- Preparo do solo e plantio com práticas conservacionistas em 76 propriedades rurais de agricultores familiares, em 8 municípios das ASD de Sergipe; bem como capacitação de 161 agentes multiplicadores de boas práticas, contemplando agricultores familiares, tratoristas e extensionistas;

- Implantação de uma barragem subterrânea na comunidade São José, localizada no município de Poço Redondo;
- Estruturação, mediante a aquisição de equipamentos e mobiliários, de sete casas de sementes em comunidades rurais, beneficiando 140 agricultores familiares;
- Estruturação, com a aquisição de sistema fotovoltaico e câmara fria, de duas unidades de beneficiamento do umbu em Sergipe;
- Elaboração de dois Planos de Manejo Florestal Sustentável, em dois assentamentos rurais para benefício direto de 65 famílias;
- Elaboração do Plano de Ação Regional de Combate à Desertificação e Degradação da Terra do Alto Sertão de Sergipe;
- Elaboração do novo Programa Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos efeitos da seca Estado de Sergipe;
- Elaboração de seis projetos de recuperação ambiental em áreas rurais, com base no Programa de Conversão de Multas Ambientais do MMA/IBAMA;
- Elaboração/retificação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) de 62 Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária do Alto Sertão de Sergipe, beneficiando 3.500 famílias, numa área de 70.024,60 hectares;
- Elaboração de 26 propostas de Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRADs) de Projetos de assentamentos do Alto sertão de Sergipe, associados ao CAR.

Projeto “GEF Brasil: Vertentes - Consórcio de Paisagens Sustentáveis de Uso Múltiplo no Brasil”

Em 2022, foram concluídas as negociações junto ao Fundo Mundial do Meio Ambiente – GEF e Banco Mundial para a implementação do Projeto “GEF Brasil: Vertentes - Consórcio de Paisagens Sustentáveis de Uso Múltiplo no Brasil”. O Projeto será implementado com recursos de doação do Programa FOLUR - “GEF-7 Food Systems, Land Use and Restoration Impact Program”, no valor de 24,6 milhões de dólares.

O projeto Vertentes tem por objetivo aumentar a área sob manejo sustentável da terra em paisagens naturais produtoras de gado de corte e soja e promover a integração de sistemas alimentares e paisagens sustentáveis, conservação da biodiversidade e recuperação de áreas



degradadas, no bioma Cerrado, nos estados da Bahia, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal (área total de 47,2 milhões de hectares) e beneficiará diretamente 10.500 pessoas.

Principais objetivos do Projeto:

- Promover a Gestão Sustentável da Terra através das cadeias de valor da soja e do gado de corte, dois dos principais produtos de exportação do Brasil;
- Promover Práticas de gestão sustentável da terra (SLM) em 578.000 hectares de terras agrícolas, e restaurar mais 49.800 hectares de terras degradadas; e
- Promover a conservação e restauração de habitats naturais e a integração da biodiversidade.

O Projeto será coordenado, conjuntamente, pelos ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, implementado pelo Banco Mundial e terá como agência executora o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

Dentre os resultados esperados, destacam-se:

- Conservação da biodiversidade brasileira por meio da reconexão de habitats em áreas de paisagens específicas;
- Ampliação da área produtiva sob práticas de manejo sustentável da terra (SLM);
- Redução da degradação da terra e melhoria do solo;
- Produção e restabelecimento de processos hidrológicos, biológicos e ecológicos; e
- Mitigação das mudanças climáticas, por meio da redução das emissões de GEE e da fixação de carbono no solo e biomassa.

Política Nacional de Mudança do Clima – Mitigação e Adaptação

Resumo: Como ação direta de mitigação, foi implementado o Projeto BRA/14/G-31 - Produção de carvão vegetal com redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) do setor siderúrgico no Estado de Minas Gerais, firmado em 2014 e concluído em 2021.

Valor investido: US\$ 7,15 milhões.

Resultados alcançados: Seus principais resultados enfocam arcabouço político implementado, base tecnológica e de capacidade humanas fortalecidas e unidades de produção implantadas. Com base nesses resultados foram feitas as seguintes entregas:

- Consolidação do desenvolvimento de arcabouço político com a proposta de estratégia para viabilizar a siderurgia com carvão vegetal de florestas plantadas;
- Desenvolvimento de base tecnológica; e
- Apoio a arranjos produtivos com base tecnológica de queima de gases de efeito estufa.

Essas entregas envolveram a implantação de quatro Unidades Demonstrativas de Sistemas Fornos Fornoalha, sete unidades de produção e recuperação de coprodutos e construídas seis unidades de produção (grande escala).

Foram beneficiados 55 produtores rurais de carvão e executadas 600 horas de treinamento para mais de 500 pessoas, incluindo multiplicadores, extensionistas, produtores de carvão vegetal, estudantes e outros *stakeholders*.

As tecnologias aplicadas pelo Projeto possibilitaram uma efetiva redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Dentre os principais resultados do projeto, destacam-se a implementação de seis propostas em grande escala no âmbito do mecanismo de apoio e pagamento com base em desempenho – tendo sido realizadas/alcançadas: produção de mais de 132.550 toneladas de carvão; rendimento gravimétrico de 35%; e redução da emissão de 102.156 t CO₂e.

Foram capacitadas cerca de 200 pessoas na construção e operação do sistema fornos/fornoalha e cerca de 50 pessoas na metodologia de balanço de carbono. Outros 55 produtores rurais foram beneficiados na 1ª e 2ª chamadas para incentivo à produção sustentável de carvão vegetal de florestas plantadas por pequenos e médios produtores rurais.

Os resultados alcançados mostram um promissor caminho para o emprego dessas novas tecnologias de mitigação de grandes quantidades de emissões globais de GEE, rota que viabiliza a melhoria da eficiência dos recursos empregados durante o processo de conversão do carvão e da compensação do uso de coque mineral utilizado na produção de ferro-gusa. A replicação dessa iniciativa é vista como um pontapé inicial na mudança do *status* de tecnologias limpas de carvão do atual patamar de pilotos em pequena escala industrial para instalações de produção comercial em larga escala.

Tratativas entre o MMA e a Associação Mineira da Indústria Florestal (AMIF) buscam, no momento, discutir com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o desenho de uma nova etapa do projeto, visando ampliar a escala territorial, dar continuidade



aos processos de aprimoramento das tecnologias empregadas e desenvolver instrumentos regulatórios e de mercado, capazes de fortalecer a abertura de mercados em larga escala para a produção e comercialização de carvão com selo “Carbono Neutro”.

O Projeto **“Apoio ao governo do Brasil na implementação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PROADAPTA)”** é uma cooperação técnica entre o governo brasileiro e o governo alemão, com o objetivo de contribuir para o aumento da resiliência climática do Brasil através da implementação efetiva da agenda nacional de adaptação à mudança do Clima. O projeto vem sendo implementado pelo MMA fortalecendo sua função de coordenação com o auxílio de ferramentas de gestão, como o monitoramento de medidas de adaptação. Durante sua execução, o projeto executou 4,2 milhões de euros.

O projeto possui três objetivos específicos:

- 1) O MMA coordena a implementação da agenda nacional de adaptação à mudança do clima de modo efetivo;
- 2) Nas políticas e estratégias dos ministérios setoriais e de estados e municípios são considerados os riscos climáticos e medidas de adaptação inovadoras são implementadas em nível local e;
- 3) Nas políticas e estratégias dos ministérios setoriais e de estados e municípios são considerados os riscos climáticos e medidas de adaptação inovadoras são implementadas em nível local.

O projeto apoiou, entre outros, o processo de monitoramento e avaliação do PNA bem como o desenvolvimento de capacidades e de políticas de adaptação no âmbito estadual e municipal, com a realização de ações em São Paulo, Santos, Santa Catarina e Salvador. O projeto também contribuiu para o fortalecimento de capacidades nos seguintes órgãos: Ministério da Infraestrutura, ANTAQ, Ministério da Economia, INPE e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. O projeto também apoiou a adaptação do setor privado e da sociedade civil à mudança do clima por meio de medidas de conscientização e de sensibilização. Por fim, suas experiências, aprendizados e resultados vêm sendo disseminados em âmbito nacional e internacional.

Programa Metano Zero

Na COP26, o Brasil foi um dos mais de cem países a aderir ao Compromisso Global de Metano, iniciativa que pretende reduzir em 30% as emissões de metano até 2030 em relação aos níveis de 2020. Assim, com a publicação do Decreto nº 11.003, de 21 de março

de 2022, foi instituída a **Estratégia Federal de Incentivo ao Uso Sustentável de Biogás e Biometano** e criado o **Programa Metano Zero**.

O programa tem como objetivo gerar oportunidade econômica e estratégica, reduzindo emissões de gases de efeito estufa, custos de combustível e energia e transformando os produtores rurais e gestores de aterros sanitários em fornecedores de combustível e energias limpas e renováveis, além do importante subproduto, os biofertilizantes com alto valor agregado para a agricultura.

O foco de atuação está voltado para o aproveitamento energético e como combustível de resíduos ou produtos orgânicos como fontes de biogás e biometano.

No que diz respeito a incentivos para a descarbonização da economia, o Governo Federal publicou o Decreto nº 11.075, de 19 de maio de 2022, que estabelece os procedimentos para a elaboração dos Planos Setoriais de Mitigação das Mudanças Climáticas e institui o **Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SINARE)**. Esses instrumentos fortalecerão o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela a Política Nacional de Mudança do Clima, Lei nº 12.187/2009, na busca de redução de emissões antrópicas e remoções por sumidouros de gases de efeito estufa, mensuráveis e verificáveis, consideradas as especificidades dos agentes setoriais.

Ainda, visando promover a descarbonização dos setores da economia, o Decreto estabeleceu o **mercado de carbono** (Art. 7º) como mecanismo de gestão ambiental e instrumento de “operacionalização dos Planos Setoriais de Mitigação das Mudanças Climáticas, com vistas a atuar como ferramenta à implementação dos compromissos de redução de emissões mediante a utilização e transação dos créditos certificados de redução de emissões”.

Nesse sentido, o SINARE funcionará como ferramenta única para o registro de emissões, remoções, reduções e compensações de gases de efeito estufa e de atos de comércio, de transferências, de transações e de aposentadoria de créditos certificados de redução de emissões, cujo desenvolvimento está em curso.

Estas políticas possibilitam a efetivação, após mais de dez anos, do mercado regulado de carbono e da promoção da descarbonização da economia brasileira.

Estes dispositivos se inserem nos esforços governamentais que visam promover uma matriz energética 100% limpa que, juntamente com as demais políticas de fomento à descarbonização dos setores, têm o potencial de transformar o país em grande exportador de produtos verdes e energia renovável.

Com a publicação do Decreto nº 11.075/2022, foram firmados sete Protocolos de Intenções



que visam a implementação do referido Decreto e seu Artigo 11, parágrafo único da Lei 12.187/2009, com ações conjuntas para a elaboração do Plano Setorial de Mitigação, por meio do suporte técnico setorial, elaboração de estudos, diagnósticos, bem como outras atividades que visem os fins propostos.

Ações no âmbito da Diretoria de Relações Internacionais

Acordos Internacionais Bilaterais:

África do Sul - Assinatura em novembro de 2021 do Plano de Implementação do Memorando de Entendimento (MdE) sobre a Cooperação na área de meio ambiente entre a República da África do Sul e a República Federativa do Brasil, com áreas específicas de cooperação destinadas a melhorar, facilitar e fortalecer a cooperação entre as duas Partes. Tema principal administração de parques e áreas de preservação.

Japão – Assinatura do Memorando de Intenções para cooperação na área ambiental, com ênfase na preservação de florestas nativas, investimentos e saneamento básico e acesso a créditos para projetos de incentivo a preservação do meio ambiente.

Alemanha – Assinatura, em novembro de 2021, da Revisão do Acordo de Cooperação envolvendo diversos projetos na área ambiental, com destinação de recursos da ordem de 300 milhões de euros.

Emirados Árabes – Articulação para a participação do MMA na Expo-Dubai 2020, o que ocorreu em 2021 devido a pandemia, com exposição e palestra sobre a preservação da Amazônia.

Processo de Acesso do Brasil à OCDE:

Grupos de Trabalho – Participação ativa em mais de 10 grupos de trabalho do Comitê do Meio Ambiente, além de Químicos, Agricultura e Economia.

Conduta Empresarial Responsável - Ponto focal da iniciativa de Conduta Empresarial Responsável, com implicações em empresas multinacionais em questões de meio ambiente e direitos humanos.

Coordenação da análise de 69 instrumentos da área de meio ambiente e outras, na preparação pela Casa Civil do Memorando Inicial no âmbito do processo de acesso a OCDE.

Articulação e participação em diversos setores, como:



- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA),
- Organização para o Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA),
- Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA),
- Fundo Global para Meio Ambiente (GEF), Grupo dos 20 (G20),
- Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID),
- Grupo de Cooperação BRICS, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP),
- Comitês de Fronteira (Colômbia, Peru, Uruguai, Argentina, Mercado Comum do Sul (Mercosul),
- Comissão Internacional das Baleias (CIB),
- Reservas da Biosfera da UNESCO,
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).
- Participação de Grupo de Trabalho Interministerial com MRE preparatórios para negociações no âmbito da OMC – Organização Mundial para o Comércio;
- Participação de Grupo de Trabalho Interministerial no Conselho da Amazônia, subgrupo de Cooperação Internacional;
- Participação de Grupo de Trabalho Interministerial para Ajuda Humanitária da Agência ABC/MRE.
- Audiência pública na Comissão do Meio Ambiente do Congresso Nacional

Articulação e preparação para eventos como:

- COP26 em Glasgow, Escócia;
- COP27 em Sharm el-Sheikh, Egito;
- Conferência das Nações Unidas para o Oceano (UNOCS), em Portugal;
- Conferência “Blue Talks” da embaixada de Portugal em Brasília;
- Congresso Mercado Global de Carbono, Rio de Janeiro;
- Reuniões do BRICS;
- Reuniões do G20.

Reuniões bilaterais com representantes dos seguintes países:

Reino Unido, Estados Unidos, Japão, França, Canadá, União Europeia, Alemanha, Eslovênia, Suécia, Espanha, Bélgica, Polônia, Chipre, Irlanda, Luxemburgo, Países Baixos, Áustria, Bulgária, Finlândia, Croácia, Itália, Arábia Saudita, China, Argentina, Colômbia, Cingapura, Portugal, Paraguai, Uruguai, Noruega, Emirados Árabes, El Salvador, Argélia, República Dominicana, Equador, Guatemala, Cabo Verde, Dinamarca, Costa Rica, Jordânia, Marrocos, Chile, Burkina Faso, Panamá, Gabão, Vietnã, Nova Zelândia, Sri Lanka, Bahrain, Indonésia, Cazaquistão, Honduras, Ucrânia, Malásia, Austrália, Romênia, Rússia, Geórgia, África do Sul, Albânia, Hungria, Índia, Eslováquia e Suíça.



Secretaria de Áreas Protegidas (SAP)



Ações

Atualização do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC)

Resumo: O Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) é mantido pelo Ministério do Meio Ambiente com a colaboração dos órgãos gestores federal, estaduais, distrital e municipais. Seu principal objetivo é disponibilizar um banco de dados com informações oficiais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Nesse ambiente são apresentadas as características físicas, gerenciais e os dados georreferenciados das Unidades de Conservação (UCs) e dos órgãos gestores do SNUC. Assim, a sociedade poderá acompanhar os resultados das ações governamentais de proteção do patrimônio biológico nacional.

Valor investido: recursos humanos, e apoios de projeto LifeWeb, via GLZ, cooperação técnica.

Resultados:

- Lançamento de uma nova Plataforma, em fase de testes.
- Ampliação dos Cadastros de UCs.
- Informação sistematizada (Utilização de Power BI): <https://bit.ly/powerbicnuc>

Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP)

Resumo: O Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), instituído por meio do Decreto Nº 5.758, de 13 de abril de 2006, como desdobramento de tratativas e compromissos assumidos pelo Brasil em atendimento à Convenção da Diversidade Biológica (CDB), da qual o Brasil é signatário, é o mais importante marco legal e estratégico para as áreas protegidas brasileiras, contemplando ações integradas em diferentes categorias na escala da paisagem para a conectividade dos ecossistemas. Trata-se de um plano bastante robusto, que conta com 19 objetivos gerais, 67 objetivos específicos e 180 estratégias propostas.

Visa contribuir para a instituição de um sistema abrangente de áreas protegidas ecologicamente representativo, efetivamente manejado, integrado a áreas terrestres e marinhas mais amplas, envolvendo notadamente a participação das três esferas de governo, além de povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais, do setor empresarial e da sociedade civil, e considerando aspectos como conectividade da paisagem, equidade e inclusão social, dentre outros.

Valor investido: não se aplica

Resultados alcançados: O Departamento de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente, na condição de coordenador do plano, conforme Decreto N° 10455/2020, apresentou a primeira avaliação de sua implementação após 15 anos de sua criação. Os trabalhos foram desenvolvidos com contribuições dos órgãos federais, estaduais, distritais e municipais competentes na temática e visa sistematizar os principais avanços decorrentes da sua execução, contribuir para o diagnóstico e aprimoramento das políticas relacionadas às áreas protegidas brasileiras, assim como subsidiar o posicionamento do Brasil no âmbito da revisão das metas globais de conservação da biodiversidade junto à CDB.

Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão (SAMGE)

Resumo: O Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão (SAMGE), ferramenta de aplicação rápida e de resultados imediatos, foi desenvolvida pelo ICMBio, com apoio do Ministério do Meio Ambiente, para analisar e monitorar a gestão das Unidades de Conservação compreendidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Realiza Diagnóstico de Efetividade de Gestão das unidades de Conservação, atividade que tem previsão na lei do SNUC.

Valor investido: recursos humanos, recursos do contrato do MMA para a plataforma de EAD, e próprio de parceiros institucionais.

Resultados alcançados:

- a) Foram monitoradas a efetividade de 353 UCs em 2018, 509 em 2019, 546 em 2020 e 645 em 2021 – os número de 2022 ainda não foram consolidados. Em área corresponde a um total de 206.196.845 hectares, que utilizaram o sistema em 2021, 86,36% foram consideradas moderadamente efetivas, efetivas ou com alta efetividade no cumprimento dos seus objetivos de criação.
- b) O MMA, junto com parceiros institucionais (Instituto IPÊ e ICMBio) ofereceu uma capacitação pela sua Plataforma EAD, com 40h/aula, para uso do SAMGE pelos Órgãos Gestores dos Estados.
- c) O Instituto Ipê elaborou vídeo de divulgação do instrumento, com apoio técnico do MMA e ICMBio.

Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)

Resumo: Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) é um programa do Governo Federal

implementado em parceria com órgãos de meio ambiente estaduais da Amazônia, ICMBio, instituições privadas e sociedade civil que visa promover a conservação de áreas protegidas na Amazônia em bases sustentáveis. Atualmente, o programa apoia 120 Unidades de Conservação e atingiu sua meta de apoio a UCs, totalizando mais de 62 milhões de hectares apoiados.

Valor investido: R\$ 139.183.257,24 (jan/2019 a set/2022).

Resultados alcançados: As 120 UCs (74 federais e 46 estaduais), que contabilizam uma área total de 62,1 milhões de hectares, apoiadas pelo ARPA foram beneficiadas com bens, obras e contratação de serviços necessários para a realização de uma série de ações atreladas ao seu planejamento e gestão que viabilizaram atividades voltadas à formação e funcionamento de conselhos, elaboração e revisão de planos de manejo, integração com as comunidades de entorno, levantamentos fundiários, demarcação, sinalização, proteção, pesquisa, monitoramento e outras iniciativas necessárias ao seu bom funcionamento.

Todas estas atividades foram planejadas considerando o diferencial do Programa (longo prazo), o que significa que foram pautadas pelo estabelecimento de metas de consolidação das UCs apoiadas em prazos determinados. Uma UC consolidada significa que está dotada de estrutura mínima de gestão que garanta sua integridade no curto prazo e viabilize o planejamento de médio prazo para que possam cumprir as finalidades para as quais foram criadas. Para tanto, em linhas gerais, devem avançar conforme disposto em um plano de consolidação, que discrimina cenários a serem alcançados no contexto de cada um dos Marcos Referenciais estipulados pelo Programa.

Vale destacar que, em 2021, o ARPA contava com 41 UCs consolidadas e 38 UCs com alto grau de consolidação. Os dados relativos ao ano de 2022 em termos de consolidação das UCs apoiadas ainda estão em análise. Para além de avanços considerando os parâmetros específicos do programa, ao longo dos anos, observaram-se ganhos de efetividade de gestão das UCs apoiadas quando comparadas àquelas no mesmo bioma que não são apoiadas pelo ARPA. Ademais, entre 2019-2022 foram promovidos e/ou estão em curso no contexto do Programa ARPA:

- A realização de estudos e consultorias independentes. Em 2021, foram realizadas consultorias sobre os seguintes temas:

- Diagnóstico de pressões e ameaças às Unidades de Conservação apoiadas pelo Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA);
- Avaliação dos Núcleos de Gestão Integrada UNA Itaituba, NGI Terra do Meio, NGI Roraima e NGI Carajás no âmbito do programa ARPA; e

- Revisão dos modelos de custos e financeiro do Programa ARPA. Estas consultorias foram contratadas e acompanhadas pelo Funbio.

- Ações de apoio à prevenção de COVID-19:

Apoio para efetivação do cadastro de comunitários para recebimento do auxílio emergencial do Governo Federal ou auxílio local (dos estados) e suporte para a realização de saque do auxílio em agências bancárias;

- Aquisição de EPIs para funcionários e colaboradores que atuam nas UCs;
- Elaboração de materiais de comunicação sobre as UCs em momento de pandemia; e
- Aquisição de cestas de alimentos para comunidades impactadas pela pandemia.

- Assinatura dos Acordos de Cooperação. Foram celebrados Acordos de Cooperação entre os Estados do Amazonas, Rondônia, Acre, Tocantins e Mato Grosso e o FUNBIO, com a interveniência Ministério do Meio Ambiente, visando a implementação do Programa ARPA.

- Estabelecimento de Grupos de Trabalho cuja criação foi deliberada pelo Comitê do Fundo de Transição (CFT) para:

- Aplicação e monitoramento de recursos extraordinários aprovados para ações de Proteção;
- Revisão de modelagem/base de custos do Programa; e
- Redação das Condições de Desembolso do Programa. Além disso, está em curso uma discussão para revisão do processo de relatoria do ARPA entre Funbio e o DAP/MMA.

- Adesão de novas UCs: Em agosto de 2019, o ICMBio solicitou o apoio pelo Programa ARPA a duas novas unidades de conservação (PN Acari e Rebio Manicoré). Em julho de 2021, foi efetivado o apoio às referidas UCs. Com isso, o programa passou a apoiar 120 UCs, totalizando 62.133.945,72 hectares.

Projeto GEF Terrestre

Resumo: O Projeto GEF Terrestre tem por objetivo promover a conservação da biodiversidade na Caatinga, Pampa e Pantanal, por meio da expansão e consolidação do



SNUC, recuperação de áreas degradadas, monitoramento do status de conservação de espécies ameaçadas e engajamento de comunidades locais.

Valor investido: R\$ 23.818.816,80 (GEF/BID – jan/2019 a out/2022)

Resultados alcançados:

- Componente 1 | Criação de UCs: Chamada de Projetos 03/2022 – Apoio à criação e consolidação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) nos biomas Caatinga, Pampa e Pantanal, lançada em junho de 2022

- Seleção de quatro projetos (R\$600 mil);
- Caatinga: Criação de 4 RPPNs;
- Pantanal: Criação/Ampliação 5 RPPNs; e
- Expectativa de criação de pelo menos 30.000 hectares

- Componente 2 | Gestão efetiva das UC:

Chamada 03/2022 - Apoio à criação e consolidação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) nos biomas Caatinga, Pampa e Pantanal – Lançamento junho 2022;

Seleção de quatro projetos (R\$1 milhão);

- Caatinga: Elaboração de três Planos de Manejo e implementação de ações de cinco planos já elaborados;

- Pantanal: Elaboração de seis Planos de Manejo, ICMBio Sede e 14 UCs (planejado R\$ 28.428.265,00, solicitado 21 %)

- Início da execução dos Planos Operativos das UCs federais em 2022;
- 4 Unidades de Conservação elaborando Planos de Manejo (MONA do Rio São Francisco, APA da Chapada do Araripe, APA e RVS Ararinha Azul);
- Consultoria para o diagnósticos do uso do fogo em fase de conclusão;
- 4 UCS federais com atividades de manejo do fogo;

- Restauração na APA Ibirapuitã: Ações realizadas de controle do capimannoni (*Eragrostis plana*) estão viabilizando junto aos produtores rurais a recuperação das pastagens nativas e a pecuária sustentável em uma área de pelo menos 865 hectares.

- Componente 3 | Recuperação de Áreas Degradadas:

- Três consultorias em andamento para a elaboração de árvores de decisão e protocolos de monitoramento da restauração;
- Consultoria para a elaboração de mapas de áreas prioritárias para recuperação da vegetação nativa em fase final; e
- Sete Chamadas de Projetos lançadas para a recuperação de áreas degradadas nos três biomas:
 1. R\$ 28 milhões em apoio a projetos, com execução de 70%;
 2. 25 subprojetos selecionados, totalizando mais de 6.500 hectares em processo de recuperação (130% da meta);
 3. Quatro projetos incluindo ações de combate a incêndios florestais no Pantanal; e
 4. Seis projetos com foco no fortalecimento da cadeia produtiva associada à recuperação nos três biomas.

- Componente 4 | Monitoramento dos riscos de extinção da fauna e flora: ICMBio / Início da execução dos Planos Operativos:

- Consultoria para monitoramento de Ararinhas (*Cyanopsitta spixii*) e Maracanãs (*Primolius maracana*) reintroduzidas
- Treinamento sobre o trabalho em altura para monitoramento de Ararinhas reintroduzidas
- Aquisição de equipamentos para pesquisa e monitoramento de fauna
- Expedições em campo para monitoramento de espécies;
- Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ): Planejamento concluído. Início de atividades em 2022; Bolsas de Pesquisa (ICMBio e JBRJ): Planejamento de R\$ 8 milhões
Contratação de duas fundações de apoio à pesquisa

- Componente 5 | Integração e Relação com Comunidades Locais:



- Contratação em andamento de consultoria (pessoa física) para elaboração da Estratégia de Comunicação para o Projeto.

Projeto GEF Mar

Resumo: O Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas – GEF Mar é um projeto do Governo Federal, criado e implementado em parceria com instituições privadas e a sociedade civil, para promover a conservação da biodiversidade marinha e costeira.

O Projeto GEF Mar está organizado sob a lógica de Componentes e Subcomponentes:

- Componente 1 | Criação e Implementação de Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas

- Subcomponente 1.1. Criação de AMCPs
- Subcomponente 1.2. Implementação de AMCPs

- Componente 2 | Identificação e desenho de mecanismos financeiros para apoiar o sistema de Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas

- Componente 3 | Monitoramento e avaliação

- Subcomponente 3.1. Monitoramento da biodiversidade e de sua conservação
- Subcomponente 3.2. Avaliação do estado de conservação da biodiversidade marinha e seus requisitos de conservação

- Componente 4 | Coordenação e gestão do Projeto

- Subcomponente 4.1. Gerenciamento financeiro do Projeto
- Subcomponente 4.2. Coordenação técnico-administrativa do Projeto

Valor investido: R\$ 64.938.326,31 (R\$ 60.336.515,14 executado / R\$ 4.601.811,17 comprometido. Até 30 de setembro de 2022)

Resultados alcançados:

- Componente 1 | Criação e Implementação de Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas



- Subcomponente 1.1.Criação de AMCPs

1. Meta Global: 17,5 milhões de hectares (175.000 km²) de novas áreas protegidas estabelecidas; Resultado alcançado: 93,1 milhões de hectares de novas áreas protegidas estabelecidas, totalizando 96,1 milhões de hectares (ou 26,4% da área marinha brasileira).

- Subcomponente 1.2. Implementação de AMCPs

2. Meta global: 930.000 hectares (9.300 km²) de áreas protegidas fortalecidas; Resultados alcançados: Aumento da efetividade em 94.949.442 ha (29 UCs) e mudança de nível de gestão em 93.077.759 ha (11 UCs);

3. Metas Intermediárias: 16 Planos de manejo preparados ou atualizados e sob implementação; Resultados alcançados: 15 planos de manejo elaborados, atualizados e sob implementação / 480 Participantes nos processos consultivos de criação de UC ou nos Conselhos de UCs; Resultado alcançado: 24 UCs apoiadas pelo Projeto com conselhos gestor instituído.

- Componente 2 | Identificação e desenho de mecanismos financeiros para apoiar o sistema de Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas

- Meta global: dois mecanismos financeiros para apoiar a sustentabilidade financeira a longo prazo desenhados e prontos para execução; Resultados alcançados: Termo de Compromisso entre Ibama e Petrobras, que aportou R\$ 60 milhões ao Projeto GEF Mar; Implementação dos recursos de compensação ambiental federal por meio do Fundo de Compensação Ambiental Federal; Criação da Plataforma de Projetos para financiamento do sistema de AMCP (Iniciativa Azul); implementação do Fundo Marinho para apoio às AMCPs no longo prazo; proposta do Projeto Conservação da Saúde e Integridade dos Ecossistemas Costeiros e marinhos do Brasil - GEF Mar II aprovado pelo GEF em 2021.

- Metas Intermediárias:

1. Quatro estudos técnicos sobre a estrutura de custos e a identificação e avaliação de oportunidades de geração de receita para as AMCPs; Resultados alcançados: sistematização de experiências de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) na área marinha e costeira; mapeamento de fontes de financiamento atuais potenciais para AMCPs; estudo sobre a demanda financeira para a iniciativa azul; e elaboração de proposta de plataforma de projetos de financiamento do Sistema de AMCP denominado iniciativa azul, que posteriormente serviu de base para a

elaboração do Fundo Marinho;

2. Classificação de AMCPs e modelo de custos definidos; Resultados alcançados: Estudo para identificar a demanda financeira para a Iniciativa Azul desenvolvido;

3. Ferramenta para detalhamento dos custos específicos das UCs marinhas e costeiras em desenvolvimento.

- Componente 3 | Monitoramento e avaliação

- Subcomponente 3.1. Monitoramento da biodiversidade e de sua conservação

1. Meta Intermediária: Sistema de Monitoramento de Biodiversidade Marinha desenvolvido e em implementação; Resultados alcançados: O Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade do ICMBio (Programa Monitora) foi institucionalizado por meio da Instrução Normativa Nº 3, de 04 de setembro de 2017. A Estratégia Integrada de Monitoramento Marinho e Costeiro foi publicada e está disponível em no site do ICMBio.

- Subcomponente 3.2. Avaliação do estado de conservação da biodiversidade marinha e seus requisitos de conservação

2. Meta Intermediária: Avaliação do estado de conservação da biodiversidade marinha e seus requisitos de conservação; Resultados alcançados: 2.528 espécies avaliadas e 138 das 160 espécies ameaçadas (86%) contempladas em Planos de Ação Nacional para conservação e uso sustentável da biodiversidade.

- Componente 4 | Coordenação e gestão do Projeto

- Subcomponente 4.1. Gerenciamento financeiro do Projeto

3. Metas Intermediárias: Sistemas de gestão (incluindo sistemas fiduciários) e monitoramento do Projeto Operativos, produzindo relatórios anuais, semestrais e trimestrais satisfatórios; Resultados alcançados: Todos os relatórios previstos no Manual Operacional do Projeto foram elaborados nos prazos estipulados pelo projeto.

- Subcomponente 4.2. Coordenação técnico-administrativa do Projeto

4. Metas Intermediárias:

- “ Sistemas de gestão (incluindo sistemas fiduciários) e monitoramento do Projeto Operativos, produzindo relatórios anuais, semestrais e trimestrais satisfatórios; Resultados alcançados: relatórios elaborados e compartilhados, conforme previsto no MOP, garantindo o acompanhamento e transparência das ações do projeto.
- “ Sistemas de gerenciamento adotados e implementados em todas as AMCPs; Resultados alcançados: Ferramenta de avaliação de gestão do GEF Tracking Tool aplicada às 30 UCs apoiadas pelo Projeto antes do início de entrarem no projeto e com periodicidade anual a partir do início da execução; Ferramenta de Análise e Monitoramento da Efetividade da Gestão das UCs desenvolvido pelo ICMBio (SAMGe) aplicada às UCs apoiadas pelo Projeto desde 2018.
- “ Instâncias do Projeto criadas e funcionando de acordo com o MOP; Resultados alcançados: Todas as instâncias de governança do Projeto estão criadas e em funcionamento, no entanto não está sendo respeitado a periodicidade planejada pelo projeto.
- “ De maneira geral, as ações executadas pelo projeto resultaram não somente em avanços significativos na consolidação das unidades de conservação apoiadas, mas também na estruturação do sistema de Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas como um todo, por meio da construção, implementação, regulamentação e disponibilização de ferramentas de gestão que permitirão a continuidade e efetividades das UCs marinhas e costeiras no longo prazo.
- “ O projeto iniciou com doação de 18,2 milhões de dólares do GEF, já executados em sua totalidade. Em 2018, foi assinado Termo de Compromisso entre Ibama e Petrobrás, direcionando R\$ 60 milhões ao projeto (primeira fase), que estão em execução. Posteriormente, foram realizados aditivos ao Termo de Compromisso, direcionando mais R\$ 40 milhões ao GEF Mar, que ainda estão em fase de planejamento.

Projeto Estruturação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC LifeWeb

Resumo: O Projeto visa apoiar a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) por meio do fortalecimento das estruturas de gestão das unidades de conservação em níveis federal, estadual e municipal, tendo como objetivo geral aprimorar as capacidades dos órgãos responsáveis pelo SNUC e apoiar o desenvolvimento de instrumentos

e ferramentas para melhorar a gestão e a sustentabilidade financeira do sistema e para a mobilização da sociedade em favor de Unidades de Conservação.

Valor investido: 6,68 milhões de euros

Resultados alcançados: O projeto SNUC-LifeWeb vem apoiando a estruturação de capacidades e instrumentos de gestão do SNUC. Dentre os principais resultados, podem ser citados:

- Criação e articulação do Fórum Permanente de Dirigentes do SNUC, com a participação dos órgãos gestores estaduais e do ICMBio, que mantém sua articulação permanente por meio da ferramenta Teams e Encontros anuais;
- Elaboração de um Guia de Emendas Parlamentares, que foi produzido e disponibilizado para orientar tecnicamente sobre a submissão e elaboração de emendas parlamentares e propostas de convênio que promovam a ampliação, implementação e consolidação do SNUC;
- Desenvolvimento e aprimoramento de ferramentas de avaliação da representatividade ecológica, efetividade e equidade do SNUC, que podem ser usadas para a relatoria à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) referente à Meta 11 de Aichi (Expandir e implementar sistemas de áreas protegidas);
- Construção de um plano de comunicação para sensibilizar atores políticos e a sociedade sobre o SNUC. Produção do vídeo “O Valor das Unidades de Conservação para a Sociedade Brasileira”;
- Construção de método mais preciso para o cálculo de compensação ambiental para unidades de conservação, contando com materiais de capacitação dirigidos aos colaboradores de órgãos de gestão ambiental. A quarta turma do curso foi concluída com sucesso no final de 2018, totalizando 2.000 participantes;
- Elaboração do curso “Introdução à Elaboração de Planos de Manejo”, que foi desenvolvido e disponibilizado na plataforma EAD do MMA. Um total de 714 participantes foram certificados na primeira turma;
- Aprimoramento da ferramenta on-line “Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão” (SAMGe). A ferramenta on-line foi publicada no início de 2019. Anualmente, são abertos novos ciclos de preenchimento para todo o SNUC; e
- Aprimoramento do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) e elaboração de materiais de divulgação e capacitação para sua permanente atualização e utilização.

Projeto Áreas Protegidas e Outras Medidas de Conservação no Nível dos governos locais (APL)

Resumo: Projeto regional (Brasil, Colômbia, Equador e Peru) no âmbito da Iniciativa Internacional para a Proteção do Clima (IKI), encomendado pelo Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear (BMU) da Alemanha, que teve como objetivo melhorar as condições dos governos locais para conservar a biodiversidade por meio da gestão efetiva e equitativa de áreas protegidas e de outras medidas de conservação. Dentro desse objetivo, foram trabalhados três enfoques específicos: fortalecimento de capacidades e governança em nível local para a gestão de áreas protegidas e outras medidas de conservação; reconhecimento do papel dos governos locais na gestão efetiva de áreas protegidas e de outras medidas de conservação, pelos marcos legal ou institucional em nível nacional; divulgação dos benefícios das áreas protegidas e de outras medidas de conservação e dos desafios de sua gestão, nos níveis local, subnacional, nacional e internacional.

Valor investido: 5,7 milhões de euros (BMUB, via GIZ) / Contrapartida do MMA: 2 milhões de euros

Resultados alcançados: Os produtos resultantes do Projeto podem ser acessados em:

- https://cooperacaobrasil-alemanha.com/APL/produtos_conhecimento.html

- <http://diretoriopre.mma.gov.br/index.php/category/88-bmub-areas-001-areas-protegidas-e-outras-medidas-de-conservacao-baseadas-em-areas-no-nivel-de-governos-locais>

Dentre eles, destacam-se: Divulgação de Guia para elaboração e implementação de Emendas Parlamentares voltadas à gestão de Unidades de Conservação (UCs), feito no âmbito do Projeto SNUC LifeWeb, para os municípios; Diagnóstico das Unidades de Conservação Municipal que não estão no CNUC e apoio ao cadastramento; Promoção de eventos integrados com os países parceiros do projeto no Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação (CBUC), em Florianópolis, e no Fórum de Gestão Ambiental em Campinas, voltados ao compartilhamento de experiências de gestão de UCs municipais e difusão das políticas públicas do MMA voltadas para UCs; Elaboração e divulgação de “Guia prático de captação de recursos para áreas protegidas e outras medidas de conservação no nível local”.

Agenda de Comunicação

Resumo: Objetivo de comunicar ações dentre as funções de implementação do SNUC.

Produção dos seguintes releases:

- SNUC 22 anos;
- SNUC Life-web;
- Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC);
- Representatividade ecológica;
- Conhecimentos tradicionais e científicos;
- Plano de manejo; Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão (SAMGe);
- Plano de manejo;
- Saúde e bem-estar;
- Promoção de renda.

Valor investido: não se aplica

Resultados alcançados: divulgação de ações desenvolvidas.

Concessão dos Parques e Florestas Nacionais

Resumo: A concessão de serviços de apoio ao uso público nas Unidades de Conservação (UC) está relacionada à entrada, permanência e utilização de áreas ou instalações da unidade com o objetivo de promover a educação ambiental e a conscientização da sociedade sobre a necessidade de preservação do meio ambiente, por meio do turismo ecológico, da interpretação ambiental e da recreação em contato com a natureza. Ainda, por meio da delegação de serviços, pretende-se estimular o desenvolvimento do uso público nas UCs, oferecendo oportunidades recreativas e diversificação das experiências junto à natureza, na medida em que serve como indutor ao desenvolvimento sustentável para o fortalecimento econômico das regiões do entorno. Além disso, proporciona visibilidade e apoio da sociedade para a preservação das áreas protegidas.

Valor investido: Não se aplica.

Resultados alcançados: A primeira concessão do novo modelo desenvolvido no âmbito deste Ministério ocorreu nos Parques Nacionais Aparados da Serra e da Serra Geral (RS/SC)

e que, atualmente, já conta com ampla sinalização, monitores em todos os trechos, equipes de socorro e ambulância, além de banheiros e pontos de alimentação e construções para atendimento ao público em andamento.

Nessa nova perspectiva, as Florestas Nacionais de Canela e de São Francisco de Paula foram concessionadas no ano de 2021, com valores estimados de investimentos em instalações físicas e operações de serviços em R\$ 93 milhões e R\$ 72 milhões, respectivamente, ao longo dos 30 anos de concessão.

Ainda em 2021, foi publicado o edital para a Concessão do Parque Nacional do Iguaçu. O projeto prevê investimentos de mais de R\$ 500 milhões em novas infraestruturas e outros R\$ 3 bilhões na operação do parque durante o período da concessão.

Atualmente, encontram-se em estudos visando a estruturação de projetos para concessão de serviços de apoio à visitação e ao ecoturismo as seguintes Unidades de Conservação: Parque Nacional de Jericoacoara (CE), Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RJ), Parque Nacional de Brasília (DF), Floresta Nacional de Brasília (DF) e Parque Nacional da Serra da Bodoquena (MS).

Em 26 de outubro deste ano, foi publicado o edital de Concorrência Pública para concessão dos serviços de apoio à visitação e ao ecoturismo no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (MT), tendo previsão de R\$ 218,5 milhões de investimento total em infraestruturas e operação, em 30 anos de vigência da concessão. Os documentos editais estão disponíveis no Portal do ICMBio. O leilão está previsto para ocorrer no dia 22 de dezembro na B3, em São Paulo (SP). Ainda neste ano, será publicada a Cartilha de Concessões que tem como objetivo trazer os conceitos de concessões em Unidades de Conservação.

Estão qualificadas no Programa de Parcerias de Investimento (PPI) as seguintes Unidades de Conservação Federais:

1. Parque Nacional do Iguaçu (PR);
2. Parque Nacional de Jericoacoara (CE);
3. Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (MA);
4. Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral (RS/SC);
5. Floresta Nacional de Canela (RS);
6. Floresta Nacional de São Francisco de Paula (RS);
7. Parque Nacional de São Joaquim (SC);
8. Parque Nacional de Brasília (DF);
9. Floresta Nacional de Brasília (DF);
10. Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RJ);
11. Parque Nacional da Serra da Capivara (PI);

12. Parque Nacional de Ubajara (CE);
13. Parque Nacional de Anavilhanas (AM);
14. Parque Nacional da Serra da Bodoquena (MS);
15. Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (MT);
16. Parque Nacional do Jaú (AM);
17. Parque Nacional da Serra da Bocaina (RJ/SP);
18. Parque Nacional da Serra da Canastra (MG);
19. Parque Nacional do Caparaó (MG);
20. Parque Nacional do Cipó (MG);
21. Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (RJ); e
22. Floresta Nacional de Ipanema (SP).

Projeto RedeTrilhas – Programa Parque+

Resumo: A RedeTrilhas se propõe a promover a interligação de ecossistemas no território brasileiro, estimulando a conservação da natureza e o desenvolvimento social, econômico e cultural do país, qualificando as unidades de conservação da natureza como pontos de interesse turístico nacional.

Valor investido: Aproximadamente R\$ 150 mil.

Resultados alcançados: Em 2020, foi publicada a Portaria Conjunta MMA, ICMBio e MTur nº 500, de 15 de setembro de 2020, que define os critérios de adesão e desligamento de trilhas de longo curso, conforme determinação do art. 3º da Portaria Conjunta nº 407/2019. Com a publicação da portaria em comento, aproximadamente 2.000 km de trilhas foram aderidas à Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso.

Trilhas Aderidas à Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade com portaria publicada:

1. Trilha Transcarioca - RJ;
2. Trilha Caminho de Cora Coralina - GO;
3. Trilha Sucupira - DF;
4. Trilha Caminhos da Serra do Mar - RJ;
5. Trilha Nacional Transmantiqueira – RJ, SP e MG; e
6. Trilha dos Canyons - RS.

Visando apoiar o processo de implementação das trilhas supracitadas, foram distribuídas mais de 2.500 setas para sinalização das trilhas aderidas à RedeTrilhas. Ademais, aproximadamente, 2.500 km de Trilhas já foram aprovados na fase de análise preliminar,



quais sejam:

1. Trilha Caminhos do Planalto Central - DF;
2. Trilha CoróTur na Trilha das Cachoeiras - MG;
3. Trilha Caminhos do Peabiru - PR;
4. Trilha do Visgueiro - AL;
5. Trilha Caminhos das Ararunas - PB;
6. Trilha Caminhos da Ibiapaba - CE e PI; e
7. Trilha Caminho da Fé - SP e MG.

Além disso, está em desenvolvimento, com recursos internos, o Sistema RedeTrilhas.

Projeto Conecta Parques – Programa Parque+

Resumo: O Projeto Conecta Parques tem por objetivo promover a disponibilização de acesso gratuito à internet (Wi-fi) aos visitantes, melhorando a qualidade e experiência do turista na Unidade de Conservação, proporcionando mais conforto e segurança dentro das UC, além de auxiliar no trabalho de conservação, vigilância e resgate.

Valor investido: O Conecta Parques é uma iniciativa conjunta do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério das Comunicações (MCom) que, desde o início da parceria, acordou-se em instalar 50 antenas de Wi-fi em UCs e trilhas, totalizando o montante de cerca de R\$ 480 mil.

Resultados alcançados: UC e Trilhas beneficiadas pelo Projeto:

1. Parque Nacional da Tijuca/Trilha Transcarioca - RJ;
2. Parque Nacional do Iguaçu - PR;
3. Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha - PE;
4. Parque Nacional da Serra do Órgãos/Trilha Caminhos da Serra do Mar - RJ;
5. Parque Nacional Chapada dos Guimarães;
6. Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses;
7. Parque Nacional de Aparados da Serra;
8. Parque Nacional de Itatiaia/ Trilha Nacional Transmantequeira;
9. Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros;
10. Floresta Nacional de Brasília/ Trilha Sucupira;
11. Parque Nacional de Sete Cidades;
12. Parque Nacional Marinho dos Abrolhos;
13. Parque Nacional da Fuma Feia;
14. Floresta Nacional de Açu;

15. Refúgio de Vida Silvestre da Ararinha Azul;
16. Trilha dos Canyons;
17. Parque Nacional da Serra da Canastra;
18. Parque Nacional de Ubajara;
19. Parque Nacional da Serra do Cipó;
20. Parque Nacional de São Joaquim;
21. Parque Nacional de Anavilhanas;
22. Parque Nacional da Chapada da Diamantina;
23. Parque Nacional do Jaú;
24. Parque Nacional Cavernas do Peruaçu
25. Parque Nacional de Silvânia;
26. Parque Nacional da Serra da Capivara;
27. Parque Nacional Cavernas do Peruaçu;
28. Parque Nacional de Silvânia;
29. Parque Nacional da Amazônia;
30. Parque Nacional da Serra da Capivara;
31. Parque Nacional de Jericoacoara;
32. Parque Nacional da Serra da Bocaina;
33. Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba;
34. Parque Nacional dos Campos Gerais;
35. Parque Nacional do Superagui;
36. Parque Nacional da Serra de Itabaiana;
37. Floresta Nacional de Ipanema;
38. Floresta Nacional de Lorena;
39. Floresta Nacional do Passa Quatro;
40. Floresta Nacional de Carajás;
41. Floresta Nacional do Tapajós;
42. Floresta Nacional de Três Barras;
43. Floresta Nacional de Paraopeba;
44. Floresta Nacional de Ritópolis;
45. Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo; e
46. Reserva Extrativista Marinha de Soure.

Projeto Acessibilidade – Programa Parque+

Resumo: O projeto acessibilidade proporciona a inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em atividades de ecoturismo em Unidades de Conservação por meio da promoção da adaptação dos espaços físicos, aquisição de equipamentos, com adequação de instalações e infraestruturas, disponibilização de serviços e atividades, que visem à acessibilidade desse público nas UCs.



Valor investido: Aproximadamente R\$ 150 mil.

Resultados alcançados: Para viabilizar o aumento da acessibilidade nas unidades de conservação, foram adquiridas trinta cadeiras de rodas modelo “Julietti” para facilitar a mobilidade do visitante. Os equipamentos foram desenvolvidos especialmente para possibilitar que pessoas com deficiências possam percorrer trilhas de diferentes níveis de dificuldade. As cadeiras foram distribuídas em 23 Unidades de Conservação em todas as regiões do Brasil:

1. Parque Nacional de Brasília;
2. Parque Nacional Chapada dos Guimarães;
3. Parque Nacional Chapada dos Veadeiros;
4. Floresta Nacional de Brasília;
5. Floresta Nacional de Ipanema;
6. Parque Nacional de Aparados da Serra Geral;
7. Parque Nacional de Itatiaia;
8. Parque Nacional da Serra dos Órgãos;
9. Parque Nacional do Iguaçu;
10. Parque Nacional Campos Gerais;
11. Parque Nacional de Ubajara;
12. Parque Nacional da Serra da Canastra;
13. Parque Nacional Serra da Bocaina;
14. Floresta Nacional de Lorena;
15. Parque Nacional de Caparaó;
16. Parque Nacional Serra do Cipó;
17. Floresta Nacional de Passa Quatro;
18. Parque Nacional de São Joaquim;
19. Floresta Nacional de Tapajós;
20. Parque Nacional Chapada Diamantina
21. Parque Nacional da Serra da Capivara;
22. Floresta Nacional de Carajás; e
23. Parque Nacional de Tijuca.

Projeto Ecoturismo no Brasil – Programa Parque+

Resumo: O Projeto Ecoturismo no Brasil visa a promoção e o fomento de projetos de estruturação nas Unidades de Conservação, assim como o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis em UCs e seus entornos, com o objetivo de traçar diretrizes de apoio à visitação turística nesses espaços.

Valor investido: Aproximadamente R\$ 1 milhão.

Resultados alcançados: Em 2021, foi disponibilizado recurso para duas UCs, Floresta Nacional de Brasília e Parque Nacional de Caparaó, para a revitalização de suas infraestruturas, como banheiros e a sede administrativa. Já em 2022, o Parque Nacional de Sete Cidades recebeu recursos para o restabelecimento do sistema elétrico das edificações que compõem o conjunto de imóveis e reforma do Hotel do Parque Nacional em tela. Ademais, está em processo de descentralização recursos para a melhoria na infraestrutura do Parque Nacional de Anavilhanas. Por fim, está previsto o lançamento de aplicativo que reúne informações sobre as principais Unidades de Conservação Federais do país.

Programa Adote um Parque

Resumo: O MMA, por meio do Decreto nº 10.623, de 9 de fevereiro de 2021, instituiu o Programa Adote um Parque, que tem como propósito atrair recursos para a promoção da conservação, recuperação e melhoria das Unidades de Conservação federais. Empresas e indivíduos, nacionais ou estrangeiros, poderão, por meio desta iniciativa, contribuir concretamente com a proteção ambiental do Brasil. Ao adotar uma Unidade de Conservação, os interessados serão reconhecidos como parceiros do meio ambiente e celebrarão Termo de Doação com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Valor investido: Não se aplica.

Resultados alcançados: Em março de 2021, foi publicado o Edital de Chamamento Público nº 04/2021, que tem como objeto a seleção de interessada em celebrar Termo de Adoção que tenha por objeto a doação de bens e serviços para as Unidades de Conservação do bioma Amazônia.

Três Unidades de Conservação já foram adotadas:

1. ARIE de Javari-Buriti;
2. RESEX do Quilombo Frechal; e
3. ARIE Dinâmica Biológica Fragmentos Florestais.

E outras quatro estão em processo de adoção:

4. RESEX Lago do Cuniã;
5. RESEX São João da Ponta;
6. RESEX Marinha Cuinarana; e
7. ARIE Seringal Nova Esperança.

A Portaria MMA nº 472, de 18 de outubro de 2021, tornou pública as unidades de conservação federais para a segunda etapa do Programa Adote um Parque, e fixou valores mínimos de referência. O Projeto em tela tem como objetivo promover a conservação, a recuperação e a melhoria das unidades de conservação, por meio da participação ativa do cidadão na estruturação de trilhas. Nesse sentido, ainda em 2021, foi publicado o Chamamento Público para seleção de interessados em participar do “Adote um Parque – Trilhas da Caatinga”. Essa iniciativa do Governo Federal visa contribuir com a conservação de 23 trilhas localizadas em nove parques, florestas nacionais e monumentos naturais administrados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Secretaria de Qualidade Ambiental (SQA)



Ações

Programa Qualidade Ambiental Urbana

Resumo: A Secretaria de Qualidade Ambiental formulou e implementou, no período de 2019 a 2022, a Agenda Ambiental Urbana (Programa Qualidade Ambiental Urbana - 1043), composto por seis subprogramas/eixos orientados a resultados concretos para a melhoria da qualidade ambiental e, conseqüentemente, da qualidade de vida das pessoas, tendo em vista que 85% da população brasileira vive nos centros urbanos.

Valor investido: R\$ 285,9 milhões

Resultados alcançados: Resultados de cada subprograma/eixo da Agenda Ambiental Urbana são apresentados a seguir.

- Programa Nacional Lixão Zero (Portaria MMA nº 307/2019)

- Alcançou em setembro de 2022 a marca de 807 lixões encerrados, o que representa uma queda de 25% das áreas irregulares de disposição de resíduos em relação a janeiro de 2019;
- Municípios e Consórcios Públicos receberam veículos, máquinas e equipamentos, sendo direcionados mais de R\$ 200 milhões para melhorar a coleta seletiva, a reciclagem e a gestão de resíduos sólidos;
- Foram lançadas duas entregas aguardadas desde 2010, quando da publicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS): o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que apresenta caminhos para que, em até 20 anos, 50% dos resíduos sólidos urbanos sejam recuperados de alguma forma, e o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR), que teve a sua segunda versão lançada em 2022 (SINIR+) com recursos tecnológicos inéditos, como mapas em 3D, fluxos de resíduos, rastreabilidade, relatórios instantâneos e integrados e painéis interativos com informações-chave como linhas de financiamento para a gestão de resíduos sólidos;
- Outro importante instrumento da PNRS desenvolvido foi a logística reversa, com a criação do Programa Nacional de Logística Reversa. Os avanços em sistemas de logística reversa permitiram que produtos e embalagens descartados pelo consumidor retornassem ao processo produtivo, contribuindo para a geração de empregos verdes e redução na emissão de gases de efeito estufa e, ao mesmo tempo, preservação de recursos naturais e redução do descarte inadequado e da poluição ambiental;



- Foram criados três sistemas (eletroeletrônicos, baterias chumbo ácido, medicamentos vencidos) e encontram-se em elaboração quatro sistemas (embalagens de vidro, embalagens de plástico, embalagens de papel e papelão e embalagens de metal) e aprimorados outros dois (óleo lubrificante usado e latas de alumínio para bebidas), totalizando nove sistemas, além do acompanhamento dos demais sistemas legalmente instituídos;
- O sistema de logística reversa de eletroeletrônicos, instituído em 2020, registrou avanços concretos em 2021, com a instalação de 3.700 pontos de descarte adequado, beneficiando 1.224 municípios já no seu primeiro ano de implementação. Centrais de consolidação desses resíduos foram instaladas nas 27 capitais de Unidades Federativas. Dados de 2022, deste e dos demais sistemas de logística reversa, têm a consolidação prevista para o primeiro trimestre de 2023;
- Ainda em 2021, foram implantados mais de 3.600 pontos de descarte adequado de medicamentos vencidos, cujo sistema de logística reversa foi instituído em junho de 2020;
- Em 2021, a coleta e reciclagem de óleo lubrificante usado (OLUC) alcançou volume recorde com 565 milhões de litros de OLUC coletados em mais de 4.250 municípios, produzindo 330 milhões de litros de óleos básicos rerrefinados, com uma contribuição de 15% da demanda pelo produto no país;
- Neste mesmo ano, a reciclagem de latas de alumínio alcançou recorde, com 98,7% das latas comercializadas no país sendo recicladas, o equivalente a 33 bilhões de latas;
- Houve recorde também na reciclagem de baterias de chumbo-ácido (automotivas), sendo coletadas mais de 46 milhões de baterias entre 2019 e 2021, com a reciclagem de 838 mil toneladas de materiais que foram retornados para o ciclo produtivo;
- A reciclagem de embalagens de defensivos agrícolas atingiu em 2021 o recorde de 53,5 mil embalagens, que corresponde a 94% das colocadas no mercado;
- Para estimular a logística reversa e possibilitar uma renda extra para quem opera a reciclagem, como cooperativas de catadores, foi lançado em 2022 o Certificado de Crédito de Reciclagem, o Recicla+. Ao mesmo tempo, representa uma forma mais simplificada e desburocratizada de as empresas cumprirem suas obrigações referentes à logística reversa;
- Acordos de cooperação foram assinados com Consórcios Públicos em Minas Gerais para a implantação de usinas de triagem mecanizadas e aceleração da reciclagem no



Estado;

- Outros estados foram beneficiados por meio de Editais lançados pelo MMA desde 2019;
- A recuperação de resíduos orgânicos foi estimulada com o lançamento do Programa Metano Zero, que visa contribuir com os compromissos assumidos pelo país no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, no Pacto de Glasgow e no Acordo Global de Metano; e
- O aumento da sinergia entre tais políticas e a educação ambiental foi possibilitado por meio do lançamento da iniciativa Escolas +Verdes.

- Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar - Portaria MMA nº 209/2019:

Compreende ações estratégicas para reduzir a quantidade de lixo que chega aos ambientes costeiro e marinho;

- Entre 2019 e 2022, foram registrados 554 mutirões de limpeza de praias, rios e mangues, que mobilizaram mais de 41 mil voluntários, com a coleta e destinação de mais de 311 toneladas de resíduos, com cerca de 844 mil itens retirados do meio ambiente;
- As ações realizadas têm como objetivo promover a recuperação ambiental, a educação e cidadania ambiental e, ao mesmo tempo, possibilitar a consolidação de informações e orientar ações para atacar a causa-raiz do problema;
- Em 2021, foi lançado o Curso Conduta Consciente na Zona Costeira e Marinha, com foco no combate ao lixo no mar. Disponibilizado na plataforma de educação à distância do MMA, o curso estimula práticas responsáveis para a melhoria da qualidade do ambiente e o cuidado com os recursos naturais. Entre 2021 e 2022, foram concluídas quatro turmas, com mais de 3.300 pessoas inscritas; e
- Em 2022, foi lançado o SuperApp MMA, por meio do qual foram desenvolvidos e disponibilizados dois aplicativos mobile: o “Combate ao Lixo no Mar”, que permite organizar e mobilizar participantes de mutirões de limpeza e registrar os resultados; e o “Praia Limpa”, que consolida e divulga informações relacionadas à balneabilidade de praias brasileiras, em parceria com estados e municípios costeiros e que, atualmente, abrange 1.268 pontos de monitoramento.

- Programa Cidades +Verdes - Portaria MMA nº 504/2020:

Lançado em 2020 com o objetivo de incentivar a criação, a recuperação e a integração de



áreas verdes urbanas;

- Também foi lançado o Cadastro Ambiental Urbano – CAU, ferramenta para gestão das áreas verdes urbanas por gestores e para divulgar informações, potencializar o uso e seu acesso pela sociedade. Por meio do aplicativo, o cidadão pode conhecer as áreas verdes urbanas e contribuir com a gestão local;
- No âmbito do Cidades +Verdes, sete projetos estão sendo executados com investimento superior a R\$ 9 milhões; e
- Além desses, por meio do Edital de Chamamento Público nº 02/2021, foram selecionados 11 projetos para implantação, ampliação ou revitalização de parques urbanos, entre os quais dois já estão em execução, com investimento global de R\$ 2,04 milhões. Mais projetos poderão ser contemplados futuramente, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira.

- Programa Nacional de Recuperação de Áreas Contaminadas - Portaria MMA nº 603/2020:

- Foram realizados treinamentos especializados para órgãos ambientais;
- Encontra-se em desenvolvimento ferramenta tecnológica para a gestão das áreas contaminadas; e
- Foi aprovado, no âmbito do Programa PCB Zero, o Projeto “Destruição ambientalmente adequada de PCBs no Brasil”, com investimentos da ordem de 10 milhões de dólares, para a destinação adequada de 15 mil toneladas de resíduos contaminados por esses “poluentes orgânicos persistentes (POP)”, com a execução de ações inovadoras e uso de novas tecnologias.

- Programa Nacional Ar Puro - Portaria MMA nº 386/2021:

- Apresenta como objetivo melhorar a qualidade do ar nos centros urbanos, o que está diretamente relacionado à saúde e à qualidade de vida da população.
- Também foi lançado o Sistema Nacional de Gestão da Qualidade do Ar – MonitorAr. O MonitorAr compila os dados de monitoramento gerados pelas redes estaduais e distrital de monitoramento e disponibiliza as informações, em tempo real, sobre a qualidade do ar à sociedade via site e aplicativo mobile. Atualmente, abrange 156 estações em oito estados e atende 51% da população brasileira.

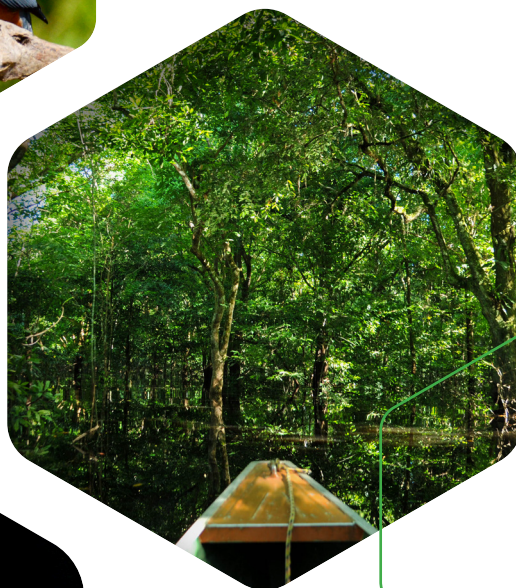


- Programa Nacional Rios + Limpos - Portaria MMA nº 439/2021:

- Em sua primeira operação no rio Cuiabá e baías de Chacororé e Siá Mariana, em Mato Grosso, resultou na retirada de 12 toneladas de lixo do Pantanal;
- Ações de limpeza de rio também foram realizadas nos rios Araguaia (Goiás); Pacaas Novos (Rondônia); Tapajós (Pará); Paraíba e Sanhauá (Paraíba); Lago de Palmas (Tocantins); Amazonas (Amapá); Rio Sergipe e Vaza Barris (Sergipe); e Poti e Parnaíba (Piauí), que resultaram na mobilização de milhares de voluntários e mais de 20 toneladas de resíduos retiradas e destinadas adequadamente, envolvendo, sempre que foi possível, cooperativas de catadores;
- O programa apresenta, entre seus objetivos, fomento a ações que promovam a despoluição dos rios e a melhoria da qualidade das águas;
- Em 2022, foram implantadas estações unifamiliares de tratamento de esgoto eficazes e de baixo custo operacional e de manutenção, que beneficiaram 80 famílias em comunidades de Linhares (Espírito Santo) e Presidente Figueiredo (Amazonas); e
- Encontra-se em desenvolvimento sistema informatizado para a gestão dos efluentes líquidos lançados nos rios brasileiros, de forma a se verificar a adequação do tratamento realizado e o atendimento aos padrões legais.



Secretaria de Biodiversidade (SBio)



“A Secretaria de Biodiversidade, nos últimos quatro anos, obteve importantes resultados, marco da eficiência do seu quadro técnico. Das inúmeras ações promovidas, podemos destacar:

- Na pauta de Bioeconomia ligada ao patrimônio genético da biodiversidade brasileira, o governo federal zerou a fila de análise dos termos de compromisso de empresas e universidades que precisavam regularizar suas atividades realizadas em desacordo com a antiga legislação sobre biodiversidade, tal fila somava mais 1.600 termos de compromisso e se estendia desde 2017.

- Os esforços da Secretaria de Biodiversidade e o expressivo engajamento dos Estados e dos diversos setores da sociedade envolvidos nas ações de conservação do projeto Pró-espécies, iniciado em 2018, vêm acumulando boas surpresas e resultados promissores para a conservação das espécies. A meta prevista no escopo inicial buscava envolver 193 espécies ameaçadas em territórios que somavam 9 milhões de hectares sob regime de proteção (PANs). Tais números foram superados, protegendo atualmente mais de 240 espécies ameaçadas, cuja área é representada por 24 territórios que abrangem mais de 62 milhões de hectares que asseguram não só a redução das ameaças às espécies diretamente envolvidas, mas também todos os demais componentes da biodiversidade e ecossistemas a elas associados;

- No contexto dos Planos de ação e conservação, o lançamento do Programa Conserva+ para Conservação da Biodiversidade veio consolidar e inovar a orientação das políticas estratégicas de gestão, reconhecimento e avaliação do estado de conservação das espécies brasileiras. O Programa traz a revisão, integração e diversificação de tais instrumentos conservação, como os já consagrados Planos de Ação Nacionais, cada qual com aplicações específicas e direcionadas à conservação e à sustentabilidade do manejo e do uso sustentáveis da diversidade biológica em território nacional;

- Destaca-se também o lançamento da Agenda Nacional de Proteção e Defesa de Cães e Gatos, importante instrumento para subsidiar a formulação de políticas públicas e programas que beneficiem a proteção, defesa, a saúde e a qualidade de vida de cães e gatos;

- Na área de Educação Ambiental pode-se mencionar o Lançamento do Programa Educa+, que possibilitou em um período de pandemia e de globalização da informação pela internet, acesso a 12 cursos (60 mil inscritos) e 22 palestras (27.375 visualizações) com conteúdo sobre meio ambiente.

Julie Messias e Silva

Secretária de Biodiversidade



Ações

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO GENÉTICO

Seminário Internacional de Intercâmbio de Experiências Regulatórias em Acesso e Repartição de Benefícios

Resumo: O Ministério do Meio Ambiente, com o apoio do PNUD, BID e GEF, organizou o referido Seminário, em 18 e 19 de setembro de 2019, em Brasília (DF), que buscou a discussão e o intercâmbio de conhecimento sobre a regulação do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado entre representantes do Peru, Panamá, África do Sul e Japão, além do Brasil.

Valor investido: Foram gastos R\$ 45.500,00, custeados pelo projeto GEF-ABS, mencionado abaixo.

Resultados alcançados: O evento contou com a participação de 125 pessoas, entre pesquisadores, membros de povos indígenas, comunidades tradicionais, representantes do Governo e de empresas privadas.

Termos de Compromisso

Resumo: O Termo de Compromisso é o instrumento jurídico a ser firmado entre a União, representada pela Secretaria de Biodiversidade, e a usuária (empresa ou universidade) que, entre 30 de junho de 2000 e a data de entrada em vigor da Lei 13.123, de 2015, realizou atividades em desacordo com a legislação em vigor à época. A assinatura do Termo de Compromisso é condição essencial para a efetivação da regularização das atividades prevista no art. 38, da Lei 13.123, de 2015. O prazo para a apresentação do termo de compromisso terminou em 06/11/2018 e **cerca de 1600 termos foram solicitados, de mais de 700 instituições** diferentes.

Valor investido: Não se aplica.

Resultados alcançados: Cerca de **870 Termos de Compromisso** já foram firmados ou estão em fase de assinatura. Destes, **755 (87%)**, foram assinados após 2019.

Produtos utilizando a biodiversidade brasileira

Resumo: Mais de **11.260 produtos** que usam patrimônio genético estão em processo de



regularização, dos quais **mais de 6.250 têm repartição de benefícios pagos ou a pagar.**

Valor investido: Não se aplica.

Resultados alcançados: O volume de repartição de benefícios (tanto na modalidade monetária quanto na não-monetária) em regularização estimado em cerca de **R\$ 48 milhões.**

Termos de Compromisso para instituições de pesquisa e empresas estrangeiras

Resumo: Em 22 de abril de 2020, foi publicada a Portaria MMA nº 199, contendo as regras para que entidades estrangeiras se regularizem perante a legislação brasileira, o que poderá trazer mais recursos a título de repartição de benefícios.

Valor investido: Não se aplica.

Resultados alcançados: O volume de repartição de benefícios (tanto na modalidade monetária quanto na não-monetária) em regularização estimado em cerca de **R\$ 48 milhões.**

Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios - FNRB

Resumo: O Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios – FNRB, instituído pela Lei 13.123, de 2015, teve sua conta criada em fevereiro de 2020, quando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, instituição financeira selecionada para gerir os recursos, começou a emitir os boletos às instituições que optaram pela modalidade monetária de repartição de benefícios decorrente da exploração econômica de produtos desenvolvidos a partir da biodiversidade brasileira e do conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético brasileiro.

Valor investido: Não se aplica.

Resultados alcançados: De 2020 até hoje, foram recolhidos **R\$ 5.492.047,78** para a conta do Fundo.

Acordos de Repartição de Benefícios Não-Monetária

Resumo: Em 22 de abril de 2021, foi publicada a Portaria MMA nº 144, que dispõe sobre a forma de repartição de benefícios na modalidade não monetária nos casos de acesso ao patrimônio genético e os procedimentos a serem adotados para a proposição, análise



e assinatura do Acordo de Repartição de Benefícios Não Monetária (ARB-NM) referente à repartição de benefícios não monetária proveniente da exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo do acesso ao patrimônio genético.

Valor investido: Não se aplica.

Resultados alcançados: Até o momento, foram recebidos 76 projetos de 25 empresas que somam **R\$ 13.531.122,12**. Desses, 10 já foram firmados pelo MMA, e estão em fase de implementação pelas empresas.

Projeto GEFABS – BRA/18/003 - Fortalecimento da Capacidade Institucional do Sistema Nacional de Acesso e Repartição de Benefícios nos termos do Protocolo de Nagoia

Resumo: O projeto GEF ABS tem sido executado pelo DPG e possui como objetivo desenvolver e implementar um marco jurídico e regulatório nacional e procedimentos administrativos que permitem ao Brasil cumprir as disposições do *Access Benefit Sharing* da Convenção sobre Diversidade Biológica e do Protocolo de Nagoia. Um dos grandes ganhos até o momento foi a ratificação do Protocolo no Brasil, em março de 2021.

Valor investido: O projeto tem um valor orçado em US\$ 4,4 milhões, que é custeado pelo GEF – Global Environment Fund.

Prazo de execução: Março/2023

Total financiado: US\$ 4,401,931

Total gasto: US\$ 1,771,541.29

Restante: US\$ 2,630,390

Comprometido: US\$ 250,649

Resultados alcançados: Entre os principais avanços no Projeto ABS pode-se destacar por componente:

Componente 1 - A ratificação de Nagoia foi assinada pelo Presidente Jair Messias Bolsonaro em 2021, o que é um grande avanço em relação ao regime de Acesso e Repartição de Benefícios no País. Por meio do projeto, o DPG tem participado das discussões e negociações sobre os diversos assuntos da agenda ABS com países parte da CDB, em que se pode citar



a 15ª Conferência das Partes da CDB (COP-15), da 10ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (CP-MOP-10) e da 4ª Reunião das Partes do Protocolo de Nagoia (NP-MOP-4); e a 9ª Sessão do Órgão Gestor (OG-9) do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (TIRFAA).

Componente 2 - Foram realizados avanços significativos no Sistema de Gestão de Patrimônio Genético, o SISGEN, o qual teve 235 melhorias no período compreendido entre maio de 2019 e outubro de 2022, considerando os novos módulos, novas funcionalidades e as correções de erros. Além disso, foi criado o GT Academia, grupo técnico da Câmara Setorial da Academia - CGen, a fim de apontar e resolver as demandas da academia em relação ao sistema.

Componente 3 - Este componente foi pensado para as capacitações dos diferentes stakeholders em ABS. Pode-se destacar:

Produção de materiais de áudio e vídeo sobre ABS (versão em português, inglês e espanhol);

- 4 Cursos EaD sobre ABS em desenvolvimento: Introdutório, PIPCTAFs, Operadores do Direito e Academia;

- Cursos de Fiscalização e Proteção dos RG e CTA (IBAMA) – Básico e Intermediário na modalidade EAD (150 vagas), Avançado na modalidade presencial (80 vagas);

- 6 Workshops regionais da “Lei de Biodiversidade e SisGen” voltados à Academia (570 vagas)

- Construção de um Projeto Político Pedagógico e Planejamento de Ações de formação em ABS para PIPCTAFs.

Em suma, o projeto executou até o momento US\$ 1.771.541,29 e possui US\$ 250.649 de recurso comprometido.

Projeto GEF Fitoterápicos – BRA/18/G31 - Uso sustentável, acessível e inovador dos recursos da biodiversidade e do conhecimento tradicional associado em promissoras cadeias de valor fitoterápico do Brasil

Resumo: Além do Projeto ABS, temos no DPG a execução do projeto GEF-Fitoterápicos, que tem como maior objetivo apoiar identificar espécies medicinais e cadeias de valor para apoiar e desenvolver Arranjos Produtivos Locais nos biomas Amazônia, Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica, levando assim, desenvolvimento de produtos de fitoterápicos que poderão chegar a ser disponibilizados no Sistema Único de Saúde (SUS).



Valor investido: O projeto tem um valor orçado em US\$ 5,7 milhões, que é custeado pelo GEF – Global Environment Fund.

Prazo de execução: Dezembro/2024

Total financiado: US\$ 5,722,770

Total gasto: US\$ 663,838.59

Restante: US\$ 5,058,931.41

Comprometido: US\$ 2,126,443.52

Resultados alcançados: Inicialmente, o projeto selecionou, por meio de um robusto estudo, 39 espécies de plantas medicinais nativas promissoras nos biomas Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga e Amazônia e mapeou 86 cadeias de valor de fitoterápicos nestes biomas. Por meio desses estudos preliminares, o projeto selecionou 16 organizações de produtores de plantas medicinais, distribuídas nos 4 biomas supracitados, totalizando-se o atingimento de 2.030 pessoas beneficiárias em 12 estados e 35 municípios em mais de 4 milhões hectares. Resultados estes que ultrapassaram as metas seladas pelas partes assinantes do projeto. Essas organizações de base receberão, por meio de um Acordo de Subvenção, cerca de 50 mil dólares, que serão alocados para diferentes fins, como melhoria de plantio, produção e beneficiamento de plantas medicinais. Ainda, o projeto tem contratadas consultorias que realizarão a capacitação em regime ABS e produziu um GUIA de Melhores Práticas de cultivo de Plantas medicinais, direcionado para as espécies atendidas pelo projeto, bem como para as características dos diferentes biomas.

Decreto nº 10.844

Resumo: Altera o decreto 8.772 para simplificar a forma de cadastro de pesquisa que não envolva exploração econômica. A construção do módulo de pesquisa científica e formulário eletrônico para atendimento deste decreto estão em desenvolvimento com parceria entre MCTI, CNPq e MMA.

Valor investido: Não se aplica.

Resultados alcançados: O cadastro simplificado está em fase de finalização pelo MCTI.



Cooperação Internacional Brasil-Uruguai, Brasil-El Salvador e Brasil-Guatemala

Resumo: O projeto bilateral com os uruguaios, intitulado “Apoio à Implementação da Normativa de Acesso aos Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados e Repartição dos Benefícios Derivados do seu Uso - ABS. (Projeto Normativa de ABS)”, e que conta com o apoio financeiro da ABC/MRE, visa a aprofundar o compartilhamento de experiências e conhecimentos brasileiros na área de Acesso a Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados e Participação nos Benefícios Derivados de sua Utilização – ABS. Para tanto, concentra-se em instrumentos legais e em sistemas desenvolvidos pela lei brasileira, tais como cláusulas contratuais padrão, Sistema de Gestão do Acesso e Participação de Benefícios, e pontos de verificação em vigência no Brasil, resultantes do marco normativo determinado pela Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, e o Decreto nº 8.772, de 16 de maio de 2016. Nos mesmos moldes do Projeto uruaio, foram negociados mais 2 projetos, com El Salvador e com a Guatemala.

Valor investido: Não se aplica.

Resultados alcançados: O projeto Brasil-Uruguai foi finalizado em dezembro de 2021. O projeto com El Salvador foi assinado em 2022 e está previsto para ser iniciado brevemente.

Brasil/Mercosul e Coreia do Sul, Cingapura e EFTA

Resumo: O MMA tem participado, desde 2019, junto com o MRE, de negociações de acordos de livre comércio do Mercosul com a Coreia do Sul, Cingapura e o EFTA (associação formada por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein). O interesse do Ministério tem sido incluir capítulos específicos sobre acesso e repartição de benefícios nos referidos acordos comerciais.

Valor investido: Não se aplica.

Resultados alcançados: As negociações do Mercosul com estes parceiros ainda estão em andamento.

Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado - SisGen

Resumo: O sistema eletrônico web foi criado a partir do Decreto nº 8.772, de 2016, como um instrumento para auxiliar o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGen – na gestão deste patrimônio e do conhecimento tradicional associado.



Valor investido: Foram gastos, até o momento, R\$ 668.714,83, custeados pelo projeto GEF-ABS, mencionado anteriormente.

Resultados alcançados: Foram implementadas no SisGen 237 melhorias no período compreendido entre 2019 e 2022, considerando os novos módulos, as novas funcionalidades e as correções de erros. Atualmente o SisGen possui 31.755 usuários cadastrados, 1.233 Instituições, 68.675 atividades de acesso, 2.733 remessas e 13.731 notificações de produto acabado ou material reprodutivo.

Protocolo de Nagoia

Resumo: O Brasil teve papel chave na adoção do Protocolo de Nagoia sobre Acesso a Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Advindos de sua Utilização, um acordo suplementar à Convenção sobre Diversidade Biológica, adotado em 2010. Nesse acordo, o Brasil desempenha um papel estratégico, podendo se beneficiar duplamente, tanto na condição de provedor de recursos genéticos para aplicações industriais quanto de usuário de recursos genéticos para a produção agrícola.

Valor investido: Não se aplica.

Resultados alcançados: Em março de 2021, o Protocolo foi ratificado pelo Presidente da República.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CIDADANIA AMBIENTAL

Educa+

Resumo (o que é): O Programa Educa+ atua no âmbito da educação ambiental não formal e tem o objetivo de oferecer um canal de conhecimento gratuito a todos, com informações sobre temas ambientais. O Educa+ dissemina informações, técnicas e práticas para a população por meio de palestras e cursos gratuitos no formato Educação à Distância (EaD) e, assim, contribui para o conhecimento de todos sobre temas importantes na relação sociedade e meio ambiente. As palestras do Educa+ visam engajar o público na busca de novos conhecimentos de forma dinâmica, direta e objetiva, tendo como foco conceitos e informações de interesse da sociedade. Os cursos do Educa+ apresentam conhecimentos mais aprofundados, porém com linguagem simples e de fácil compreensão, sendo 100% virtual. Abordam temáticas diversas, de maneira a motivar e capacitar a população para o entendimento de diferentes temáticas ambientais. As inscrições podem ser realizadas na plataforma do Educa+ (ead.mma.gov.br) para os cursos que tenham turmas abertas.



Constantemente, iniciam-se novas turmas para os cursos ofertados na plataforma.

Valor investido: R\$ 419.399,78

Resultados alcançados: Oferta de 12 cursos à distância em temáticas ambientais (somando 47 turmas, 58.974 inscritos e 13.440 certificados); Oferta de 22 palestras *online* (somando mais de 26 mil visualizações).

Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

Resumo (o que é): O Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, instituído em 1999, objetiva estimular os órgãos públicos do país a implementarem práticas de sustentabilidade em suas estruturas físicas. A adoção da A3P demonstra a preocupação do órgão em obter eficiência na atividade pública enquanto promove a preservação do meio ambiente. O Programa A3P se destina aos órgãos públicos das três instâncias: federal, estadual e municipal; e aos três poderes da República: Executivo, Legislativo e Judiciário. É uma agenda voluntária e não há repasse de recursos financeiros. O MMA fornece o assessoramento técnico aos órgãos para a implementação das ações.

Valor investido: R\$23.278,20

Resultados alcançados: 176 novas adesões de órgãos públicos ao Programa; 216 selos de monitoramento entregues; 30 instituições premiadas por práticas sustentáveis de destaque.

Projeto Salas +Verdes

Resumo (o que é): O projeto Salas +Verdes tem como principal finalidade incentivar a implantação de espaços educativos para atuarem como potenciais centros de informação e formação ambiental, em consonância com as diretrizes prioritárias do Ministério do Meio Ambiente e os princípios da Política Nacional da Educação Ambiental (PNEA). As Salas +Verdes disponibilizam informações socioambientais e desenvolvem diversas atividades de Educação Ambiental, tais como: cursos, palestras, oficinas, eventos, encontros, reuniões e campanhas educacionais. Não há repasse de recursos do Ministério do Meio Ambiente para as Salas +Verdes, sendo sua adesão de caráter voluntário. Ao implantar uma Sala +Verde, a instituição recebe do MMA um certificado de participação que dá credibilidade e fortalece sua atuação. Além disso, facilita a articulação e o estabelecimento de parcerias para a realização local de outras atividades de educação e cidadania ambiental, promovendo maior visibilidade à Sala +Verde. Por fim, o apoio institucional do MMA colabora com o engajamento das organizações e indivíduos com as Salas +Verdes, melhorando suas capacidades executoras



e seus resultados alcançados.

Valor investido: R\$390.721 (construção do Sistema Salas +Verdes)

Resultados alcançados: Construção do Sistema Salas +Verdes; Publicação da Portaria que formaliza o Projeto Salas +Verdes (Portaria GM/MMA nº 169, de 13 de julho de 2022); Lançamento de chamada pública para a Seleção de novas Salas +Verdes.

Projeto Circuito Tela Verde

Resumo (o que é): O Circuito Tela Verde (CTV) tem por objetivo divulgar, estimular e promover atividades de educação ambiental por meio da linguagem audiovisual. O MMA seleciona vídeos com conteúdo relacionado à temática ambiental para compor a Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente e disponibiliza esses vídeos para instituições interessadas em realizar ações de educação ambiental a partir desse material. Os espaços exibidores recebem os vídeos e um guia contendo orientações sobre como promover as ações de educação ambiental no âmbito da mostra. As exposições são acompanhadas de debates e reflexões acerca dos conteúdos apresentados. Ao final da realização da Mostra, o espaço exibidor envia relatório ao Ministério do Meio Ambiente com informações sobre os resultados alcançados e recebe um certificado de participação da Mostra como espaço exibidor.

Valor investido: R\$ 45.571

Resultados alcançados: Realização da 10ª edição do CTV promovendo 125 Mostras, com base em 27 vídeos de temática ambiental, com ações de educação ambiental para 4.525 pessoas; Seleção de 46 vídeos e 222 espaços exibidores para a realização da 11ª edição do CTV.

DEPARTAMENTO DE ESPÉCIES

Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade – Programa CONSERVA+ (Portaria MMA Nº 299, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022)

Resumo (o que é): Portaria que institui o Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade (Programa CONSERVA+), responsável por orientar o processo de gestão e avaliação do estado de conservação das espécies da Flora e da Fauna brasileiras quanto ao risco de extinção, incluindo a edição periódica da própria lista oficial de espécies brasileiras ameaçadas de extinção. O programa estabelece também diversos instrumentos estratégicos



para o planejamento das ações para o uso sustentável, o manejo e a conservação da biodiversidade nacional, a partir da revisão de diversas normas antigas que compunham o programa Pró-Espécies, revogado juntamente com diversas Portarias (43/2014, 162/2016, 443, 444 e 445/2014 e 444/2018).

Valor investido: Não se aplica

Resultados alcançados: Objetivará a compilação, integração e inovação de instrumentos normativos para dar mais objetividade e segurança administrativa e jurídica ao processo de gestão e avaliação do estado de conservação das espécies da Flora e da Fauna brasileiras e, sobretudo, ao planejamento e implementação de ações decorrentes dessa avaliação.

Resolução nº 496, de 19 de agosto de 2020 – CONAMA

Resumo (o que é): Disciplina o uso e o manejo sustentáveis das abelhas-nativas-sem-ferrão em meliponicultura.

Valor investido: Não se aplica

Resultados alcançados: Regulamentação em âmbito nacional dos procedimentos para permitir o uso e o manejo sustentáveis das diversas espécies de abelhas-nativas-sem-ferrão em meliponicultura em território brasileiro.

Portaria MMA Nº 561, de 15 de dezembro de 2021

Resumo (o que é): Institui a lista de espécies nativas ameaçadas de extinção recomendáveis para a aplicação de planos de recomposição da vegetação nativa em áreas degradadas ou alteradas do território nacional, de forma a incentivar o manejo e o uso dessas espécies em projetos dessa natureza voltados à recuperação de áreas degradadas ou alteradas.

Valor investido: Não se aplica

Resultados alcançados: Seleção de espécies avaliadas quanto ao estado de conservação da Flora e da Fauna brasileiras, possibilitando desenvolvimento de políticas públicas e ações concretas para a conservação dessas espécies e a recuperação de populações dessas espécies e dos ecossistemas a que elas naturalmente ocorrem no Brasil.



Portaria Interministerial MMA/MAPA Nº 218, de 10 de junho de 2021

Resumo (o que é): Institui Grupo de trabalho Interministerial (GTI) no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para avaliar e recomendar ações de conservação e uso sustentável para espécies pertencentes à Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos. O GTI promove a coordenação e avaliação interministerial para a gestão do manejo e uso sustentável de espécies ameaçadas de extinção de peixes e invertebrados aquáticos com importância socioeconômica, incluindo a elaboração, revisão e monitoramento de planos de recuperação dos chamados Planos de recuperação de populações de espécies ameaçadas de extinção.

Valor investido: Não se aplica

Resultados alcançados: O GTI de Espécies Aquáticas Ameaçadas realizou reuniões sobre os seis Planos de recuperação de populações de espécies ameaçadas em curso, tendo sido implementados quatro deles que envolvem espécies ameaçadas prioritárias, como os bagres-marinhos, os budiões e o pargo, além do plano do surubim-pintado, priorizado posteriormente, a partir da nova lista de espécies ameaçadas de extinção publicada em 2022 (Portaria 148/2022). Com a publicação do Programa Conserva+ (Portaria 299 de dezembro/2022), o GTI deverá ser estimulado a realizar diversas ações e regulamentações destes e dos novos Planos a serem criados com vistas a suas adequações às novas regras estabelecidas.

Portaria MMA Nº 455, de 5 de outubro de 2021 – Programa Resgate+

Resumo (o que é): Institui o Programa Nacional de Resgate de Fauna Silvestre – Programa Resgate+, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, que busca celebrar parcerias locais e regionais que venham propiciar a implementação de ferramentas e ações para afugentamento, resgate, atendimento médico veterinário primário e de emergência, e assistencialismo de animais silvestres que se encontrem em situação de risco e vulnerabilidade nos biomas brasileiros e, assim, mitigar a perda de espécimes da fauna nativa em decorrência de eventos naturais extremos ou acidentes ambientais causados por ação antrópica.

Valor investido: o Programa Resgate+ prioriza investimentos externos, inclusive privados, por meio de parcerias com entidades locais e regionais.

Resultados alcançados: Pelo Programa Resgate+, até o momento, obteve-se doação privada de materiais para estabelecimento de hospital veterinário de campanha no Pantanal



sul-mato-grossense. Para tanto, foi celebrado Acordo de Cooperação com a Fundação de Meio Ambiente do Pantanal, vinculada à Prefeitura Municipal de Corumbá (MS), para compartilhamento dos bens adquiridos e operacionalização do atendimento de emergência a animais silvestres da região.

Portaria MMA 148/2022 – Lista nacional de espécies ameaçadas de extinção – revisão e atualização do rol de espécies ameaçadas de extinção no Brasil

Valor investido: Não se aplica

Resultados alcançados: Possibilita o acompanhamento, o monitoramento e avaliação do estado de conservação das espécies da Flora e da Fauna brasileiras, bem como o planejamento e implementação de ações e instrumentos políticos voltados à conservação, manejo sustentável e recuperação das espécies sob algum risco de extinção.

Livro: “Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual ou Potencial – Plantas para o Futuro – Região Norte”

Resumo (o que é): Trata-se da quarta publicação da série Biodiversidade, que apresenta 159 espécies nativas da Região Norte (bioma Amazônia) que apresentam valor econômico atual ou potencial. O livro possui 1452 páginas e reúne informações científicas produzidas por 147 especialistas, colaboradores de instituições brasileiras e estrangeiras. A publicação está disponível em versão digital no portal gov.br/mma.

Valor investido: A obra toda envolvendo 5 volumes teve investimentos inicial na ordem de US\$ 217.268,00, frutos de acordos de doação. Tais recursos puderam ser utilizados a partir de acordo de cooperação entre MMA e Funbio (2015) para a implementação do Projeto de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem Estar Humano - Projeto Biodiversidade para Alimentação e Nutrição (BFN), do qual resultaram as obras. O livro em tela é um desses cinco volumes publicados (resta apenas mais um, a ser publicado em 2023 – Região Sudeste). Em 2021, foi investido um total de R\$ 162.736,31 com a impressão da versão atualizada e revisada do livro.

Resultados alcançados: Divulgação e disseminação das espécies nativas da Região Norte com valor econômico atual ou com potencial e que podem ser usadas de forma sustentável na produção de alimentos, aromas, condimentos, corantes, fibras, forragens como gramas e leguminosas, medicamentos, óleos e ornamentos.



Programa Nacional de Revitalização de Centros de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres (CETAS)

Resumo (o que é): O Programa Nacional de Revitalização de Centros de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres (CETAS) é uma iniciativa conjunta do MMA e do IBAMA para a promoção de estratégias para assegurar a sustentabilidade econômica das ações para triagem, reabilitação e realocação de diversas espécies da fauna em situação de vulnerabilidade, inclusive aquelas ameaçadas de extinção vítimas do tráfico. O programa visa destinar recursos para reformas, equipamentos, modernização e readequação de 23 Centros federais distribuídos ao largo do território nacional, sob gestão do IBAMA e de outros parceiros.

Valor investido: Não há valor investido do Governo Federal. Os recursos são oriundos do GEF Pró-Espécies (R\$ 15 milhões).

Resultados alcançados: Reformas, equipamentos, modernização e readequação de centros federais sob gestão do IBAMA, especialmente para ampliação e melhoria dos serviços de cuidado, reabilitação e destinação de animais silvestres recebidos, vitimados por acidentes ou oriundos de operações de combate ao tráfico e a outras irregularidades e ilícitos contra a espécies da fauna em território nacional.

Estratégia nacional de controle, manejo e prevenção de espécies exóticas invasoras

Resumo (o que é): Coordenação e implementação da Estratégia Nacional para Espécies Exóticas Invasoras, a partir de diversas ações de controle, manejo e prevenção de espécies exóticas invasoras no Brasil.

Valor investido: Não há valor investido do Governo Federal. Os recursos são oriundos do GEF Pró-Espécies (R\$ 200 mil).

Resultados alcançados: Os resultados atuais envolvem: organização da base de dados de espécies exóticas invasoras, propondo lista de espécies exóticas invasoras prioritárias, vias e vetores de introdução, em articulação com instituições envolvidas (consultoria contratada com prazo de finalização em dezembro/2023); elaboração de proposta de lista de espécies exóticas invasoras presentes no Brasil (abril/2021); elaboração de proposta de fichas das espécies com informações detalhadas e priorização das espécies (ranking de espécies prioritárias para prevenção, detecção precoce e resposta rápida), revisadas por especialistas (2022); elaboração de proposta de lista de espécies prioritárias, da lista de espécies invasoras presentes no país e de análise de vias e vetores para validação superior (previstas para



dezembro/2022).

Agenda Nacional de Proteção e Defesa Animal voltada a cães e gatos (Portaria GM/MMA nº 288, DE 11 de novembro de 2022)

Resumo (o que é): a Agenda Nacional de Proteção e Defesa de Cães e Gatos objetiva subsidiar a formulação de políticas públicas e programas que beneficiem a proteção, defesa, a saúde e a qualidade de vida de cães e gatos e fomentar programas e ações de bem-estar aos mesmos.

Gerar subsídios para a formulação de políticas públicas e programas que beneficiem a proteção, defesa, a saúde e a qualidade de vida de cães e gatos em escala nacional.

Valor investido: Não se aplica.

Resultados alcançados: Formulação de políticas públicas e programas que beneficiem a proteção, defesa, a saúde e a qualidade de vida de cães e gatos em escala nacional.

Seminário Nacional Sobre Proteção e Defesa de Cães e Gatos

Resumo (o que é): O evento discutiu iniciativas de órgãos governamentais (União, estados e municípios), entidades da sociedade civil e setor privado relativas à proteção e ao bem-estar de cães e gatos, abandonados e em situação de vulnerabilidade no país.

Valor investido: R\$ 37.678

Resultados alcançados: o Seminário foi uma oportunidade para o compartilhamento de ideias exitosas implementadas nos estados e municípios, seja pelos próprios entes federativos, como das entidades privadas sem fins lucrativos, por meio de parcerias com os estados/municípios ou por iniciativas próprias dessas instituições.



Ibama



Ações

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA (DIPLAN) - PRINCIPAIS ENTREGAS NO PERÍODO 2019 - 2022

Implementação do Programa de Gestão do Ibama - Modalidade Teletrabalho

Resultados alcançados: A Diplan efetivou a implementação do PGD Ibama em junho de 2022, conforme disposições normativas, as quais: Portaria nº 05, de 19 de novembro de 2021 e Portaria nº 19, de 10 de maio de 2022. Ademais, registra-se a utilização de sistema informatizado específico - Sistema PGD Ibama (<https://pgd.ibama.gov.br/Login>) fornecido pelo Ministério do Meio Ambiente (Sistema CGU/MMA/Cade) para elaboração e avaliação dos planos de trabalho individuais.

Concurso Público 2022

Resultados alcançados: Realização de certame para provimento de 568 vagas e preenchimentos das vagas disponibilizadas no Edital nº 1 – Ibama, de 29 de novembro de 2021, conforme homologação de certame consagrado no Edital Nº 10 – Ibama, de 31 de maio de 2022. Diante disso, foram efetivamente nomeados, tomaram posse e encontram-se em exercício todos os 568 servidores aprovados no mais recente concurso público do Ibama.

Doação de 278 (duzentos e setenta e oito) imóveis do Ibama à Secretaria de Patrimônio da União-SPU

Resultados alcançados: Realizado por intermédio da Portaria SPU/ME nº 310, de 14 de janeiro de 2022, houve doação de 278 imóveis de propriedade do Ibama para a União, com o objetivo de se desfazer de imóveis não utilizados por esta autarquia e reduzir gastos de ocupação. Com relação à cessão de uso de imóveis, visando movimentação de bens, como espaços públicos por prazo determinado, quando houver interesse público ou social, ou de aproveitamento econômico, esta Autarquia realizou diversas cessões, entre elas, a regularização da ocupação de imóvel do ICMBio, onde está instalado o Cetas/DF, e a devolução parcial do prédio utilizado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), localizado no SCEN, Trecho 2, Edifício-Sede.

Redução de gasto e melhoria no consumo energético

Resultados alcançados: O Ibama participou do Projeto da Rede de Aprendizagem em



Eficiência Energética e Geração Distribuída em Edifícios Públicos (RedeE - Edifícios Públicos), coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), com análise do contrato de energia da sede do Ibama, buscando o reenquadramento do contrato de energia além da troca das lâmpadas fluorescentes para led.

Criação do Painel de Acompanhamento de Contratos

Resultados alcançados: Elaborado o Painel de Contratos, com o objetivo de proporcionar melhor gestão e controle dos contratos em vigência, bem como obter mais informações de um contrato ou de um processo rapidamente. Desenvolvido em PowerBI, o painel possui gráficos de acompanhamento de períodos, prazos, orçamentos e distribuição pelas áreas do Ibama, entregando ferramentas úteis de suporte à tomada de decisão do gestor como, por exemplo, observar os períodos de maiores demandas e executar os preparativos de renovação e encerramento de um contrato em tempo hábil. O Painel de Contratos engloba todas as unidades do Ibama no país de forma integrada em nuvem.

DIRETORIA DE USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E FLORESTAS (DBFio) PRINCIPAIS ENTREGAS NO PERÍODO 2019 - 2022

Sispro - Sistema de Projetos para gestão, elaboração, análise e acompanhamento dos projetos de recuperação ambiental, inclusive os de conversão de multas ambientais em prestação de serviços

Valor investido: R\$ 2.000.000,00

Resumo: Trata-se da continuidade do desenvolvimento do sistema, incorporando também as recomendações de melhoria do TCU e da CGU, e preparando o sistema para um futuro marco de conversões indiretas de multa.

Resultados alcançados: Em operação desde 2020, o sistema permite integrar com os sistemas de autuação e julgamento de autos, bem como acompanhar o andamento dos projetos de conversão de multas (editais PASP).

Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor) - nova versão

Valor investido: R\$3.000.000,00



Resumo: A ferramenta permite rastrear o crédito florestal desde a origem (ASV, AUS, AUTEX, etc), em atendimento à Resolução CONAMA nº497/2020.

Resultados alcançados: O novo sistema foi o ponto de partida para o desenvolvimento da rastreabilidade também nas etapas de beneficiamento, logística e comércio (DOF Rastreabilidade), além de permitir ao ente federal auditar os créditos de autorizações estaduais, para identificar discrepâncias. O sistema foi lançado em setembro de 2020.

Projeto Euroclima

Valor investido: R\$ 1.500.000,00

Resumo: Projeto aprovado pela União Europeia para capacitar servidores e padronizar parâmetros técnicos de análise de projetos de planos de manejo florestal sustentável.

Resultados alcançados: Já foram realizados dois ciclos de capacitação com o ente federal e os órgãos estaduais de meio ambiente e está sendo produzido o material para educação à distância. Além disso, a União Europeia acaba de aprovar a ampliação do recurso e renovação do projeto.

DOF (Documento de Origem Florestal) Rastreabilidade

Valor investido: R\$ 5.000.000,00

Resumo: Também em atendimento à Resolução CONAMA 497/2020, o novo sistema, além de ser mais ágil na integração e auditoria de dados, também permite rastrear a origem de um crédito florestal desde a sua origem até as etapas seguintes de beneficiamento, logística e comércio, até o usuário final.

Resultados alcançados: O sistema está em homologação junto ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO).

Painéis Analíticos da Flora

Valor investido: R\$ 1.200.000,00

Resumo: Trata-se do cruzamento de dados de autorização, comércio interno e comércio



exterior, o qual permite ao gestor ter uma atualização em tempo real de toda a produção madeireira do Brasil, principais hotspots, espécies de maior exploração comercial e rotas comerciais habituais, qualificando a tomada de decisão do ente fiscalizador.

Resultados alcançados: Painéis entregues em março de 2022, em dois formatos: interno, com as informações completas para fiscalização e auditoria de dados; e externo, para a sociedade civil.

Programa Quelônios da Amazônia (PQA)

Valor investido: R\$ 4.000.000,00

Resumo: Programa que existe no Ibama desde a época do antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), e mais de 30 anos de execução, com o manejo e nascimento nesse período de aproximadamente 96 milhões filhotes, em 12 diferentes tabuleiros (hotspots) da Amazônia e Centro-Oeste. O que se buscou nesses 4 anos foi ampliar a atuação em rede, capacitar mais servidores para atuação, e garantir recursos orçamentários para não deixar o programa parar. O PQA foi inserido como beneficiário nas conversões de multa do Ibama.

Resultados alcançados: Continuidade do programa, com ações de capacitação e agora sua inclusão como beneficiário em conversões de multa.

Projeto CETAS Brasil

Valor investido: R\$ 40.000.000,00

Resumo: O projeto consiste num conjunto de melhorias normativas, de sistema, de infraestrutura e tecnologia para as atuais 23 unidades operacionais dos Centros de Triagem de Animais Silvestres (Cetas) do Ibama, com a inclusão dos projetos de ampliação e construção de novas estruturas no GEF pró-espécies.

Resultados alcançados: Intervenções prediais e de melhoria em algumas unidades, ampliação de alguns contratos de tratador e veterinário, inclusão do Projeto nas hipóteses de conversão de multas do Ibama como beneficiário, inclusão do Projeto no Grupo Especializado de Fiscalização Pró-Espécies, normatização, lançamento do sistema de gestão (SisCetas), e melhoria dos parâmetros técnicos de gestão, com acordos de cooperação interfederativos já firmados.



Plataforma Bem-Te-Vi

Valor investido: R\$ 2.300.000,00

Resumo: Novo sistema de gestão da fauna e da criação amadorista de passeriformes, construído numa nova linguagem e formato que permitirão uma extração e tratamento mais ágil dos dados do sistema para ações de auditoria e gestão compartilhada com os Órgãos Municipais de Meio Ambiente (OEMAs), como no caso dos protocolos de prevenção a bioinvasão e de combate ao tráfico de fauna.

Resultados alcançados: O sistema traz o diferencial de estar sendo construído com a participação direta dos órgãos estaduais, alinhando melhores práticas, tendo seu V1 já entregue e homologado, e seu V2 em desenvolvimento.

Plataforma Pau-Brasil

Valor investido: R\$ 3.200.000,00

Resumo: Em parceria com o Fundo de Direitos Difusos do Ministério da Justiça, foi realizado o desenvolvimento e implantação do sistema, com as devidas revisões normativas e de procedimentos, permitindo um rito documental e tecnológico mais ágil, em linguagem de programação que permite maior leque de integrações de dados e auditoria das operações, alinhando o procedimento ambiental ao que existe de mais moderno no SISCOMEX e demais entes anuentes.

Resultados alcançados: Sistema homologado em novembro de 2021 e em operação para o usuário desde janeiro de 2022, traz mais agilidade na análise para o servidor do Ibama, ao mesmo tempo que impede o desembaraço da carga em anuência do ente federal.

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL (Dilic) PRINCIPAIS ENTREGAS NO PERÍODO 2019 – 2022

Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais

Resumo: Trata-se das Licenças e autorizações concedidas no âmbito do Licenciamento Ambiental Federal (LAF) de 2019 a 2022.

Valor investido: R\$ 11.996.559,00



Resultados alcançados:

Foram emitidas 2.250 licenças e autorizações. Alguns dos principais projetos licenciados nesse período são:

- Licença para pesquisa sísmica, destinada a verificar a existência de recursos minerais no subsolo, como as Pesquisas Sísmicas Marítimas 3D realizadas na Bacia de Santos e Bacia de Campos;
- Emissão da Licença de Instalação (LI) para o projeto minerário S11D+10Mtpa, o que possibilitou o aumento de produção de minério de ferro do Complexo S11D Eliezer Batista em 10 milhões de toneladas por ano, com beneficiamento a seco, pertencente ao maior complexo de minas de ferro do mundo;
- Licenciamento prévio da produção de petróleo da etapa 3 do pré-sal brasileiro, engloba mais de R\$ 126 bilhões em projetos. O licenciamento da etapa 3 do pré-sal é o maior licenciamento ambiental de Exploração e Produção (E&P) do mundo (2019);
- Ampliação do terminal de contêiner do Porto de Paranaguá, terceiro maior terminal de contêiner do País;
- Licença para a operação da Linha de Transmissão 800 kV Xingu-Rio, maior linha de transmissão do país, que escoar a energia produzida na hidrelétrica de Belo Monte para o restante do Brasil;
- Licença para a operação da Linha de Transmissão 500 kV Bacabeira – Pecém, importante para o escoamento da energia eólica produzida no Nordeste para o Sistema Nacional Interligado;

No período, também foram publicadas normas e procedimentos. Alguns destaques:

- Instrução Normativa nº 8, 04/10/2019 - Estabelece procedimentos entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Ibama relacionados à Resolução Conama nº 428, de 17 de dezembro de 2010, e dá outras providências no âmbito do Licenciamento Ambiental Federal;
- Instrução Normativa Conjunta nº 1, 24/02/2021 - Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados durante o processo de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades localizados ou desenvolvidos no interior de Terras Indígenas cujos empreendedores sejam organizações indígenas;
- Portaria Conjunta nº 7, de 25/11/2022 - Institui o Sistema de Gestão de Dados de



Biodiversidade para Avaliação de Impacto Ambiental (SISBia) no Ibama e ICMBio;

Também foram desenvolvidos os seguintes sistemas:

- Sistema de Gestão do Licenciamento Ambiental Federal - SISGLAF - ano de implantação: 2020 (1º Módulo). Função: Gestão de demandas e registro dos marcos do processo de Licenciamento Ambiental Federal;
- Sistema de Gestão de Dados de Biodiversidade para Avaliação de Impacto Ambiental (SISBIA) – desenvolvido e gerido pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), que visa armazenar os dados de biodiversidade coletados ao longo do processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA). Ano de entrega: 2022.

DIRETORIA DE QUALIDADE AMBIENTAL (Diqua) PRINCIPAIS ENTREGAS NO PERÍODO 2019 – 2022

Atos autorizativos

Resumo: Os atos autorizativos são emitidos pela Diqua em relação ao controle de resíduos e emissões, agrotóxicos, remediadores e preservativos de madeira, além de apoiar a atuação do Brasil enquanto Autoridade Competente na Convenção de Basileia, Autoridade Nacional Designada pela Convenção de Roterdã e Ponto Focal Nacional pela Convenção de Estocolmo.

Resultados alcançados:

Foram emitidos:

- 8.570 atos autorizativos de avaliações relativas a: novos registros; renovação e alteração de registros; pesquisa ou experimentação de agrotóxicos, remediadores e preservativos de madeira;
- 663 atos autorizativos de Selo Ruído;
- 310.389 atos autorizativos de Licenças do Proconve/Promot;
- 13.258 atos autorizativos de Licenças para Substâncias Destruidoras da Camada de Ozônio;
- 21 atos autorizativos de Licenças da Convenção de Minamata;
- 564 atos autorizativos de Licenças da Convenção de Basileia;



- 350 atos autorizativos da Convenção de Roterdã: notificações de exportação recebidas;
- 145 atos autorizativos da Convenção de Roterdã: consentimentos explícitos emitidos.

Reavaliação ambiental de ingredientes químicos

Resumo: Trata-se da reavaliação ambiental de ingredientes químicos, que consiste na avaliação de substâncias que compõem defensivos agrícolas registrados ou em fase de registro quanto ao risco potencial ambiental.

Resultados alcançados:

- Imidacloprido: a Diqua concluiu no ano de 2021 a reavaliação do ingrediente ativo
- Imidacloprido, estabelecendo recomendações em virtude de sua relação a efeitos adversos em abelhas (Parecer Técnico SEI 6220406);
- Clotiadina: a reavaliação do ingrediente ativo Clotiadina foi concluída em 2021 (Comunicado nº 11609968, publicado no Diário Oficial da União em de 23 de dezembro de 2021);
- Fipronil: foi iniciada a reavaliação do ingrediente ativo Fipronil.

Regulamentação relacionada a produtos químicos e biológicos, incluindo produtos remediadores

Resumo: Trata-se da atuação em conjunto com outros ministérios para aprimorar a regulamentação existente em relação ao registro de agrotóxicos, produtos remediadores, entre outros.

Resultados alcançados:

- Instrução Normativa Conjunta IBAMA/MAPA/ANVISA (INC) nº 1, de 08 de novembro de 2019: estabelece diretrizes para o registro de defensivos químicos e afins que se destinam ao uso agrícola em cultivos de plantas ornamentais, bem como para inclusão desses usos em produtos já registrados;
- Instrução Normativa Ibama no. 11, de 17 de outubro de 2022: estabelece os controles ambientais aplicáveis aos produtos destinados a remediação, incluindo as competências dos entes federativos da União, previstas na Lei Complementar



140/2011;

- Orientação Técnico-Normativa nº - OTN Nº 3-DIQUA/2022: define os critérios que o Ibama irá adotar nas análises de pleitos de registros de remediadores, ao mesmo tempo que unifica o entendimento institucional.

Projeto GEF Pró-espécies: Estratégia Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas - introdução de microrganismos e invertebrados exóticos

Resumo: O projeto é conduzido pelo MMA e, de forma geral, tem por objetivo adotar ações de prevenção, conservação, manejo e gestão com o intuito de minimizar as ameaças e o risco de extinção de espécies por meio do desenvolvimento de protocolos de avaliação de risco para registro de produtos cujo ingrediente ativo sejam organismos vivos que atuam no controle de uma população ou de atividades biológicas de um outro organismo vivo considerado nocivo.

Resultados alcançados:

- Minuta de Instrução Normativa (SEI nº 14118387) - Estabelecer os procedimentos a serem adotados para a avaliação de risco da introdução de espécies exóticas de invertebrados a serem utilizados no Brasil como agentes de controle biológico;
- Minuta de Instrução Normativa (SEI nº 13792120) - Estabelece uma lista de espécies microbianas que não deverão constar na formulação de agrotóxicos biológicos ou de biorremediadores.

Cadastro Técnico Federal

Resultados alcançados:

- Saneamento da base cadastral: ação implementada a partir de dados da Receita Federal com o objetivo de atualizar os registros no CTF/APP;
- Cobertura do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais: reformulação das atividades implementadas via Acordos de Cooperação Técnica assinados pelo Ibama com os Estados para gestão integrada do CTF/APP com os cadastros técnicos e sistemas de licenciamento ambiental estaduais, além da promoção da assinatura de acordos com Estados que ainda não os possuíam;



- Capacitação: Foram realizadas atividades de capacitação internas e externas. Em 2019 foi realizado o curso “CTF/APP: Instrumento Estruturante do Controle Ambiental no SISNAMA” com 600 participantes. Já em 2021, foi lançado o curso EAD Manual do Empreendedor do CTF/APP, com emissão de 606 certificados de aprovação. Também em 2021, foi realizado o Seminário CTF/APP: o Sisnama e o Valor das Informações Ambientais.

DIRETORIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (Dipro)

PRINCIPAIS ENTREGAS NO PERÍODO 2019 – 2022

Programa de Brigadas Federais

Valor investido: Valores detalhados disponíveis no SEI Ibama: Despacho nº14270584/2022 - Prevfogo/Dipro

Resultados alcançados: O Programa Brigadas Federais inclui ações como: Capacitações em Manejo Integrado do Fogo (246 eventos realizados); Contratação de brigadistas florestais temporários (6.385 brigadistas contratados); atividades de educação ambiental (11.448 ações desenvolvidas pelos brigadistas contratados); queimadas prescritas (11.199 planos de queimada executados); operações como a Apoena, realizada no entorno da Terra Indígena Parque do Xingu (MT), no entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina (BA), no entorno da Terra Indígena Arariboia (MA) e no estado do Ceará.

Também houve a implementação e coordenação do Centro Integrado Multiagências de Coordenação operacional - CIMAN Nacional. O Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) atuou como coordenador do Ciman, que tem como competências: monitorar a situação de queimadas e incêndios florestais no País; promover, em uma sala de situação única e a partir de um comando unificado, o compartilhamento de informações sobre as suas operações em andamento; buscar soluções conjuntas para o combate aos incêndios florestais; e disponibilizar as informações à sociedade por meio do Ciman Virtual, sítio eletrônico destinado a dar publicidade e transparência a suas ações em andamento.

Construção da Central de Logística e Apoio do Prevfogo

Resumo: O Ibama, por meio do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais – Prevfogo, apresentou o projeto “Fortalecimento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais” ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES, visando ser enquadrado nos recursos do Fundo Amazônia. O projeto



citado foi aprovado em 2013 e assinado o contrato no dia 05 de junho de 2014.

A principal ação prevista é a construção da Central de Logística e nova sede do Prevfogo que tem por finalidade aproximar as diversas estruturas técnicas, administrativas e de logística do Centro que estavam dispersas em três regiões diferentes de Brasília.

Espera-se que, ao estruturar o Centro, haja um salto em qualidade no processamento e atendimento das demandas relativas ao tema fogo no Bioma Amazônico. Por consequência, espera-se alcançar a meta ambiental de redução dos incêndios e dos gases causadores do efeito estufa dispersados por estes.

Valor investido: R\$14.375.650,91

Resultados alcançados: O prédio foi entregue em junho de 2022. A estrutura do Centro conta com o almoxarifado, oficina/fábrica de equipamentos, entrada coberta, próxima ao almoxarifado, para “abastecimento” de veículo, o que possibilita rápido carregamento com os equipamentos necessários para as operações de combate, controle de produção, entrada e saída de material.

Além disso, a estrutura possui pequeno auditório e local para concentrar a brigada especializada do Distrito Federal, que atua em combates nível 3 em âmbito nacional, possibilitando maior controle e mais rápido acionamento por parte da sede do Ibama.

Outro ponto importante previsto na Central de Logística é a construção da Sala de Situação. Essa estrutura permitirá uma grande evolução na qualidade das análises dos fatores ambientais que interferem nos incêndios florestais e, com isso, nas decisões das operações e estruturas de combate.

A Sala de Situação conta com o que há de mais moderno na questão de monitoramento via satélite e possibilita participação de técnicos do Inpe nas reuniões, por videoconferência em tempo real, e nas decisões das operações discutidas no Ciman. Além disso, a presença do almoxarifado próximo da estrutura possibilitará o rápido apontamento dos equipamentos disponíveis, pelo Prevfogo, para as operações e a rápida disponibilização desses.

Sistema Nacional de Informações sobre Fogo - Sisfogo

Resumo: Trata-se da plataforma de dados geoespaciais para fazer a gestão das informações de fogo no Brasil. Informações sobre queimas prescritas, registro de ocorrências de incêndios, queimas controladas, autorizações de queimas, entre outros. O projeto também coaduna com elementos importantes porque envolve comunidades tradicionais dentro da atividade



de Manejo Integrado do Fogo que está sendo desenvolvido em áreas de Floresta Amazônica e Cerrado. Nesse sentido, o projeto traz como um dos objetivos principais a redução dos incêndios florestais através da simplificação do uso das ferramentas de sensoriamento remoto, buscando integrar o fluxo de informações entre poder público e comunidade, em um panorama colaborativo de gestão integrada dos territórios.

Valor investido: Valores detalhados disponíveis no Sei Ibama: Despacho nº14270584/2022- Prevfogo/Dipro

Resultados alcançados:

- Desenvolvimento conceitual do projeto do ambiente geo do Sisfogo.
- Acompanhamento do desenvolvimento de ambiente de contratação do Sisfogo;
- POC-Prova de conceito do sistema Arcgis Enterprise;
- Participação na contratação da plataforma ArcGIS Enterprise, o qual hospeda a plataforma PAMGIA e Sisfogo;
- Acompanhamento do desenvolvimento de ambiente de relatórios para integração com o SEI no Sisfogo;
- Gerenciamento de contrato de desenvolvimento de aplicações voltadas ao ambiente geo do Sisfogo para criação do aplicativo de Registro de Ocorrência de Incêndio (ROI), ambiente de validação do ROI, ambiente de estatísticas externas ROI, aplicativo de queimas prescritas, aplicativo de queimas controladas, painel gerencial de consulta de focos de calor e desenho conceitual da página do Sisfogo;
- Treinamento institucional de usuários em 16 coordenações estaduais do Prevfogo no uso da plataforma Sisfogo (ROI e painéis de monitoramento de focos de calor).

Edital 33/2018 CNPQ/Prevfogo - Pesquisas em ecologia, monitoramento e manejo integrado do fogo

Resumo: Esta ação tem como objetivo apoiar projetos de pesquisa que contribuam para o desenvolvimento científico e tecnológico do país e que preencham lacunas de conhecimento sobre manejo integrado do fogo, com destaque para ecologia e impactos do fogo, monitoramento, prevenção e combate de incêndios florestais, nos Biomas Amazônia, Pantanal e Cerrado, preferencialmente nas áreas de atuação do Centro Nacional de Prevenção



e Combate aos Incêndios Florestais – Prevfogo. Devido à pandemia, os projetos ainda não concluídos têm prazo de conclusão até abril de 2023.

Valor investido: R\$3.500.000,00

Resultados alcançados:

- Apoio a 25 projetos de pesquisa nos Biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal cujas áreas de estudo encontram-se distribuídas majoritariamente entre Terras Indígenas, Áreas Quilombolas e Unidades de Conservação;
- Realização de 2 Seminários de Avaliação dos Projetos;
- Publicação de artigos científicos e documentos técnicos e outros ainda em andamento.

7ª Conferência Internacional sobre Incêndios Florestais

Resumo: A 7ª Conferência Internacional sobre Incêndios Florestais ocorreu em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, entre os dias 28 de outubro e 1 de novembro de 2019. O evento, também conhecido como Wildfire 2019, faz parte de uma série de Conferências Internacionais que foi iniciada em 1989, nos Estados Unidos e sediada posteriormente pelo Canadá (1997), Austrália (2003), Espanha (2007), África do Sul (2011) e Coreia do Sul (2015). Comemorando seus 30 anos de existência, a edição da conferência no Brasil também marcou o encerramento de um ciclo da série que, após percorrer todos os continentes, aconteceu pela primeira vez na América Latina.

Valor investido: Valores detalhados disponíveis no Sei Ibama: Despacho nº14270584/2022- Prevfogo/Dipro

Resultados alcançados: A conferência contou com a participação de mais de 1.200 pessoas, incluindo profissionais governamentais, gestores, pesquisadores, profissionais operacionais, setor privado e sociedade civil, oriundos de 41 países. As atividades técnico-científicas da conferência disponíveis aos participantes incluíram: quatro sessões plenárias com 12 palestrantes principais; cinco sessões temáticas, nas quais foram apresentados 226 trabalhos técnicos, entre pôsteres e apresentações orais; quatro sessões especiais promovidas por instituições parceiras com apoio da organização do evento; exposição de inovações tecnológicas voltada para a prevenção, combate e controle de incêndios florestais, com 14 expositores; festival de mascotes, com premiação de estudantes que participaram de concurso de talentos; 13 atividades de campo; sete reuniões técnicas; e uma oficina destinada a professores de escolas estaduais e municipais de Campo Grande.



Assistência e apoio operacional às instituições públicas e à sociedade em caso de acidentes e emergências ambientais de relevante interesse ambiental (Decreto 11.095, de 13/06/2022)

Resumo: No dia 25 de janeiro de 2019 ocorreu o rompimento da barragem de rejeitos localizada na cidade de Brumadinho (MG), cujos efeitos danosos se espalharam para outros estados, necessitando de atuação do Ibama.

O Ibama integrou o Comando Unificado para atuação no desastre socioambiental causado pelo rompimento da barragem de rejeitos da Mina Córrego do Feijão, localizada no em Brumadinho.

Valor investido: R\$ 1.032.408,00

Resultados alcançados: O atendimento imediato ao acidente gerou, posteriormente, a implantação do Plano de Ação para Proteção à Fauna de Brumadinho, a aplicação de autos de infração, o acompanhamento e monitoramento da área, entre outras medidas necessárias para a minimização dos efeitos danosos ao meio-ambiente e recuperação do ambiente atingido.

Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional

Resumo: O Ibama foi designado como membro do Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA) – integrou o Comando Unificado para gestão da emergência ambiental relacionada ao óleo que atingiu as praias do litoral brasileiro.

A partir de 2 de setembro, o Instituto estabeleceu ações juntamente com outros órgãos com o objetivo de determinar os procedimentos para mitigação dos danos, orientar as equipes e a população, e auxiliar nas investigações quanto à origem do vazamento do petróleo.

Valor investido: R\$5.894.327,88

Resultados alcançados: Recolhimento do óleo nas praias brasileiras atingidas, criação do Site <http://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo> para divulgação e acompanhamento das ações pelos cidadãos, elaboração do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo (PNC), com fins de regulamentar a atuação de diversos órgãos, além do Ibama, em casos de incidentes envolvendo o derramamento de óleo no mar.



ICMBio



DIRETORIA DE PESQUISA, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE - DIBIO:

Estratégia para Conservação

Recursos investidos: R\$ 28.694.647,42

Programa/Ação

PAN – Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção

Resumo: PAN – Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção são instrumentos de gestão, construídos de forma participativa, para o ordenamento e a priorização de ações para a conservação da biodiversidade e seus ambientes naturais, com objetivos estabelecidos em um horizonte temporal definido.

Resultados alcançados:

548 espécies de fauna contempladas em 15 PAN:

- Cavernas do Brasil - Portaria 646 (09/08/2022)
- Pequenos Felinos - 2º ciclo - Portaria 493 (21/06/2022)
- Pequenos Mamíferos de Áreas Abertas - Portaria 560 (5/07/2022)
- Pequenos Mamíferos de Áreas Florestais - Portaria 561 (4/07/2022)
- Rivulídeos - 2º ciclo - Portaria 493 (21/06/2022)
- Ararinha-azul - 2º ciclo - Portaria 353 (25/07/2019)
- Aves Limícolas Migratórias - 2º ciclo - Portaria 491 (10/09/2019)
- Cetáceos Marinhos - Portaria 375 (01/08/2019)
- Herpetofauna do Sul - 2º ciclo - Portaria 350 (23/07/2019)
- Mamíferos Aquáticos Amazônicos - Portaria 19 (16/01/2019)
- Peixes Amazônicos - Portaria 374 (01/08/2019)
- Peixes e Eglas da Mata Atlântica - Portaria 370 (01/08/2019)
- Tamanduá-bandeira e Tatus - Portaria 534 (27/06/2022)
- Toninha - 2º ciclo - Portaria 655 (04/11/2019)
- Ungulados - Portaria 356 (25/07/2019)

Grupos de Assessoramento Técnico (GATs) para acompanhar a implementação e realizar a monitoria e a avaliação dos Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção:

- Portaria 645 (09/08/2022)



- Institui GATs em 34 PANs
- Portaria 1.111, (09/11/2022)
-

Institui o GAT do PAN Peixe-boi marinho.

Revisão do processo de elaboração, aprovação, publicação, implementação, monitoria, avaliação e revisão dos PAN, disciplinado pela Instrução Normativa ICMBio nº 21/2018.

Programas de Manejo Populacional de Espécies Ameaçadas da Fauna Brasileira – PMP

Resumo (o que é): Programas de Manejo Populacional de Espécies Ameaçadas da Fauna Brasileira – PMP, visam à recuperação e manutenção de populações de táxons da fauna ameaçados de extinção no seu meio natural por meio de atividades do manejo in situ, ex situ ou integrado, em conjunto com parceiros, contribuindo para a Estratégia Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção, no âmbito do Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção (Pró-Espécies).

Resultados alcançados: Revisão da Instrução Normativa ICMBio nº 22 (27/03/2012) que orientava sobre a criação e coordenação dos Programas de Cativeiro de Espécies Ameaçadas.

- Instrução Normativa Nº 5/GABIN/ICMBIO, (28/06/2021)

Estabeleceu os procedimentos para criação e implementação dos Programas de Manejo Populacional de Espécies Ameaçadas da Fauna Brasileira - PMP.

Avaliação do Risco de Extinção das Espécies da Fauna Brasileira

Resumo (o que é): Avaliação do risco de extinção das espécies da fauna brasileira, é um diagnóstico técnico-científico que organiza as informações sobre espécies, identifica e localiza as principais ameaças à sua conservação, e avalia seu risco de extinção, o que subsidia a:

- I - atualização da Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção;
- II - elaboração de Planos de Ação Nacionais para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção - PAN; e



III - elaboração de Planos de Redução de Impactos à Biodiversidade - PRIM.

Resultados alcançados: Revisão da Instrução Normativa ICMBio nº 34/2013, e a Instrução Normativa ICMBio nº 05, de 22 de setembro de 2017 que lidam com os procedimentos para avaliar o risco de extinção das espécies de fauna e sobre a divulgação desses dados.

- Publicação da Instrução Normativa Nº 9/GABIN/ICMBIO (11/08/2020)

Disciplinou as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Risco de Extinção das Espécies da Fauna Brasileira, a utilização do Sistema de Avaliação do Risco de Extinção da Biodiversidade - SALVE, a política de dados e a publicação dos resultados.

- Número total de espécies avaliadas (2019 a 2022): 9.160
- Número total de espécies validadas (2019 a 2022): 7.023
- Disponibilização do acesso público ao SALVE
- Número total de oficinas presenciais (2019 a 2022): 29
- Total de participantes envolvidos (2019 a 2022): 1.771

Planos de Redução de Impactos (PRIMs)

Resumo (o que é): Planos de Redução de Impactos (PRIMs) são ferramentas para apoiar a gestão ambiental a fim de evitar a perda de espécies, gerando cenários de compatibilização entre a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento de atividades socioeconômicas.

Resultados alcançados:

- Publicação do Plano de Redução de Impactos de Hidroelétricas na Amazônia sobre a Biodiversidade (PRIM-HA)
- Publicação do Plano de Redução de Impactos das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural sobre a Biodiversidade Marinho e Costeira (PRIM-PGMar)

Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade

Educação e comunicação das pesquisas estratégicas para a conservação dos biomas.

Resultados Alcançados: 14 números da Revista BioBrasil – Biodiversidade Brasileira – lançadas, com a introdução dos números temáticos. Criação do perfil @pesquisa.icmbio no Instagram, com conteúdo diário, angariando a inscrição de 19.000 pessoas. Realização de 3 seminários de pesquisa remotamente, via Teams. Houve 13 eventos de pesquisa



realizados por Unidades de Conservação. Lançamento de dois cursos EAD sobre o Sistema de Autorização e Informação sobre Biodiversidade (Sisbio), sendo um voltado a operadores do ICMBio (plataforma AVA ICMBio) e outro à comunidade científica na ENAP (Escola Virtual de Governo). Lançamento de curso EAD na ENAP sobre avaliação de artigos científicos.

Fortalecimento do ICMBio como instituição científica e tecnológica

Resultados alcançados: Condução do Projeto “Avaliação do Impacto do Fogo sobre a Biodiversidade do Pantanal”, com a realização de estudos de DNA ambiental, obtenção de dados de uma rede de câmeras “trap”, mapeamento de comunidades tradicionais afetadas na área do projeto, instalação de módulos de monitoramento da biodiversidade na ESEC Taiamã e no PARNA Pantanal, bem como diagnóstico visando restauração de áreas. Como o projeto está sendo concluído agora, os relatórios técnicos serão entregues em fevereiro de 2023, quando ocorrerá o seminário de encerramento. Além disso, encontra-se em análise na Presidência uma minuta de Portaria designando os membros da Comissão de Ética em Pesquisa com Animais. Conclusão da Chamada de Projetos 18/2017 CNPQ/ICMBio/FAPs, com apoio a 24 projetos com recursos de compensação ambiental.

Aplicação de Recursos de Compensação Ambiental em Pesquisa

Resultados alcançados: Foram elaborados em conjunto com a instituição gestora do Fundo de Compensação Ambiental (Caixa Econômica Federal) os TDRs para celebrar parceria com as Fundações de Amparo de São Paulo (FAPESP), Rio de Janeiro (RJ) e Paraná (Fundação Araucária). A iniciativa deve resultar em uma Chamada de Projetos na qual serão investidos cerca de R\$4 milhões em pesquisas prioritárias para as unidades de conservação marinhas de SP, PR e RJ. A documentação se encontra em tramitação.

Apoio Direto a projetos de pesquisa em unidades de conservação

Resultados alcançados: Por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica cerca de 150 alunos executaram seus projetos em unidades de conservação ou centros de pesquisa do ICMBio. Além disso, estão sendo apoiados 50 projetos de pesquisa de baixo custo, aplicada ao manejo de unidades de conservação.

Sistemas para a Gestão de Dados sobre Biodiversidade

Resultados alcançados: O Sisbio foi totalmente modernizado para arquitetura em nuvem,

tendo sido autorizadas no período mais de 5.000 solicitações de atividades com finalidade científica ou didática. Além disso, está sendo lançado nestes dias o Sistema de Gestão de dados de Biodiversidade para Avaliação de Impacto Ambiental, em conjunto com o IBAMA, sistema que receberá os resultados dos estudos bióticos realizados no licenciamento ambiental federal em uma única base de dados.

Planejamento Institucional da Pesquisa

Resultados alcançados: Encontra-se em análise a versão atualizada do Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento do ICMBio, tendo sido realizadas oficinas e diversas atividades de análise visando a sua adequação ao atual contexto.

Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade – Programa Monitora

Resumo (o que é): “O Programa Monitora é um programa institucional de longa duração, voltado ao monitoramento do estado da biodiversidade e serviços ecossistêmicos associados, como subsídio à avaliação da efetividade de conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), à adaptação às mudanças climáticas e ao uso e manejo da biodiversidade nas unidades de conservação (UCs) geridas pelo ICMBio, bem como às estratégias de conservação das espécies ameaçadas de extinção e controle das espécies exóticas invasoras, em todo o território Nacional.”

Resultados alcançados: Implementação do Programa Monitora em andamento em 113 UCs federais, com coleta de dados de monitoramento in situ da biodiversidade de 20 alvos de monitoramento e seus respectivos indicadores.

Sistema de Gestão de Dados de Biodiversidade do Programa Monitora - SISMonitora

Resultados alcançados: Sistema desenvolvido, homologado e em funcionamento com manutenção corretiva e evolutiva. O SISMonitora tem como objetivos receber, armazenar, validar e disponibilizar os dados de monitoramento da biodiversidade coletados nas UCs federais.

Ciclo de capacitação

Resultados alcançados: Realização de 27 capacitações nacionais/regionais, entre



presenciais e EAD, para os diversos componentes/alvos do Programa Monitora, totalizando na capacitação de cerca de 1000 pessoas, viabilizando a implementação do Programa Monitora nas UCs.

Procedimentos e normativas

Resultados alcançados: Revisão participativa com os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação e as UCs da Instrução Normativa do Programa Monitora. Nova normativa publicada em 2022. Elaboração de modelos de termos diversos, relatórios de atividades e planilha de planejamento para serem preenchidas pelas UCs.

Oficinas participativas para avaliação do Programa e seus componentes e para estruturação (seleção de alvos, indicadores e protocolos)

Resultados alcançados:

- Realização de 2 oficinas gerais do Programa Monitora com UCs e Centros;
- Realização de 3 oficinas para estruturação de componentes do Programa Monitora;
- Realização de 1 oficina de avaliação do componente Manguezal.

Publicação de materiais de apoio

Resultados alcançados:

- Publicação de 6 materiais de apoio com orientações e resultados;
- Estratégia integrada de monitoramento marinho e costeiro;
- 03 Manuais do Monitoramento da Pesca;
- Monitoramento participativo da pesca artesanal em unidades de conservação: material para capacitação;
- Relatório Programa Monitora, subprograma Terrestre, componente florestal 2014-2018.

Licenciamento Ambiental

Andamento e cumprimento das ações do Programa de Melhoria da Gestão para o Licenciamento Ambiental – Portaria nº 57, de 17 de janeiro de 2018

Resultados alcançados: No ano de 2021 foram cumpridos integralmente os objetivos específicos previstos neste Programa, após a finalização da automatização dos procedimentos administrativos de análise e emissão de manifestações técnicas no processo



de licenciamento ambiental.

4 Cursos de Introdução à Manifestação para o Licenciamento Ambiental – EaD

Resultados alcançados: 195 alunos capacitados.

2 Cursos de Manifestação para o Licenciamento Ambiental - Presencial

Resultados alcançados: 81 alunos capacitados.

Entrada em produção do Sistema ALA

Resultados alcançados:

- Condução do processo de análise técnica, contemplando fatores essenciais previstos nas normativas, que anteriormente não eram observados.
- Otimização do trâmite de análise, à medida que ao detectar-se algum impedimento técnico, ocorre a negativa sumária, sem necessidade de percorrer as demais etapas.
- Ganho de Produtividade.
- Otimização do tempo.
- Controle dos prazos de análise.

Entrada em produção do Sistema Soala

Resultados alcançados:

- Condução do processo de análise técnica, contemplando fatores essenciais previstos nas normativas, que anteriormente não eram observados.
- Ganho de Produtividade.
- Otimização do tempo.
- Controle dos prazos de análise.

Emissão de 86 Autorizações para o Licenciamento Ambiental - ALAs

Resultados alcançados: Foram envidados esforços de análise técnica, emissão de pareceres técnicos, análises de conformidade, participação em vistorias para que este montante total de ALAs fosse emitido.



Emissão de 44 Anuências para Supressão de Vegetação - ASV

Resultados alcançados: Foram enviados esforços de análise técnica, emissão de notas técnicas, emissão de cálculos e revisões de propostas de valorações, participação em vistorias para que este montante total de Anuências para ASV fosse emitido.

Publicação do Manual da Análise Técnica

Resultados alcançados: Orientações técnicas bem definidas quanto ao Soala, utilizado pela Sede, Gerências Regionais, chefes, técnicos e analistas de unidades de conservação e Núcleos de Gestão Integrada (NGI), englobando as etapas de designação e análise técnica.

Publicação do Manual da Análise de Conformidade

Resultados alcançados: Orientações técnicas bem definidas quanto ao Soala, utilizado pela Sede e Gerências Regionais, englobando as etapas de elaboração da análise de conformidade, emissão da GRU – em caso de emissão de Autorização para o Licenciamento Ambiental (ALA) – e manifestação da(s) chefia(s) ou responsável designado.

Revisão da Instrução Normativa ICMBio nº 1, de 15 de janeiro de 2018 - Anuência de Autorização para Supressão de Vegetação

Resultados alcançados: Publicação da Instrução Normativa ICMBio nº 08, de 28 de setembro de 2021, que estabelece os procedimentos para a concessão de Anuência para Autorização de Supressão de Vegetação e para concessão de Autorização de Supressão de Vegetação, com a elaboração e publicação do Manual de Avaliação de Inventários Florestais e de Valoração para Indenização de Produtos Florestais anexo à norma.

Revisão da Instrução Normativa ICMBio nº 7, de 10 de novembro de 2014 - Manifestação no licenciamento ambiental

Resultados alcançados: Publicação da Instrução Normativa ICMBio nº 10, de 17 de agosto de 2020, que estabelece os procedimentos para manifestação no licenciamento ambiental.

Revisão da Portaria MMA nº 55, de 17 de fevereiro de 2014 – Procedimentos entre Ibama e ICMBio



Resultados alcançados: Publicação da Instrução Normativa Conjunta Ibama/ICMBio nº 08, de 27 de setembro de 2019, que estabelece procedimentos entre o ICMBio e o Ibama relacionados à Resolução Conama nº 428/2010.

Revisão da Instrução Normativa ICMBio nº 4, de 02 de setembro de 2009, que estabelece procedimentos administrativos para Autorização Direta

Resultados alcançados: Publicação da Instrução Normativa ICMBio nº 19, de 4 de julho de 2022, que estabelece os procedimentos administrativos da Autorização Direta para atividades ou empreendimentos condicionados ao controle do poder público não sujeitas ou dispensadas do licenciamento ambiental e de atividades ou empreendimentos cuja autorização seja exigida por normas específicas.

Elaboração de norma que trata da cobrança dos serviços prestados para avaliação técnica para emissão de Anuências e Autorizações

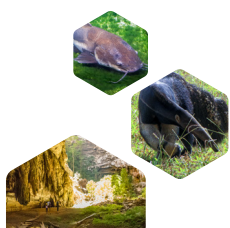
Resultados alcançados: Publicação da Portaria ICMBio nº 77, de 5 de março de 2021, que estabelece a forma de cobrança de serviços administrativos e técnicos prestados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Implementação de ações previstas no Projeto Horizontes

Resumo (o que é): Implementação de ações previstas no Projeto Horizontes, referente ao subprojeto 1, que tem como objetivo o fortalecimento da gestão do conhecimento referente ao licenciamento ambiental e ações relacionadas, visando maior celeridade, maior assertividade e maior efetividade das condições específicas

Resultados alcançados:

- Contratação de Project Owner para gerenciar as melhorias e erros do Soala.
- Contratação de auxiliar administrativo para suporte e gerenciamento de projetos.
- Levantamento de histórias de usuários e pontos de função relacionados ao Sistema Soala.
- Fundamentação e construção de processo para contratação de empresa para desenvolvimento das melhorias e correções de erros.
- Elaboração de desenho do fluxo do módulo de acompanhamento de condições específicas.



Painel de Gestão CGIMP

Resultados alcançados: Geração de transparência na gestão e disponibilização das informações de fácil acesso, de forma mais gerencial e apresentável. A construção do Painel de Gestão se fez relevante para o trabalho, pois possibilitou o maior controle de dados, a integração e visualização das informações analisadas de forma organizada, dinâmica e automática, a partir dos dados previamente preenchidos.

DIRETORIA DE AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - DISAT:

Programa/Ação

CONAVEG - MMA

Resumo (o que é): O programa possui o objetivo de fortalecer a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, de forma a combater e reverter as suas perdas e a redução dos serviços ecossistêmicos. No que cabe à Coordenação de Regularização Fundiária, a linha de ação é elaborar e implementar uma política de melhoria do processo de Compensação de Reserva Legal. METAS 2020-2023: - Atualizar a IN 05/2016 para estabelecer os procedimentos para a regularização fundiária de imóveis rurais, sobrepostos parcial ou integralmente às UCs de domínio público, através dos mecanismos de doação em favor do - ICMBio, com fins de Compensação de Reserva Legal e Compensação Ambiental. - Ampliar em 20% a disponibilidade de áreas certificadas para doação por compensação de passivo de reserva legal (equivale a 90 imóveis rurais por ano).

Valor investido: Não há.

Resultados alcançados:

- A Instrução Normativa 05 de maio de 2016 que estabelece os procedimentos de doação para fins de compensação de reserva legal foi atualizada revisada pela equipe técnica da CGTER, abrangendo outros tipos de compensação ambiental. O objetivo geral foi trazer maior segurança jurídica ao processo, refletindo assim na ampliação da oferta de opções para os proprietários de imóveis rurais sobrepostos a UC. Nesse momento a IN se encontra em revisão na PFE/ICMBio. A meta é publicar a nova IN até o final de 2022.

- O total de áreas certificadas nos anos de 2015 a 2018 totalizou 239.099,9 ha, portanto, houve uma ampliação de mais de 40% no período de 2019 a 2022 que chegou a um total de 335.962,7 ha.



Distribuição de cestas básicas emergenciais (ATA Registro de Preços e CONAB) - Ação desenvolvida em parceria com o Ministério da Cidadania/Secretaria Especial do Desenvolvimento Social

Resumo (o que é): Distribuição de cestas básicas emergenciais para famílias das Unidades de Conservação Federais em situação de vulnerabilidade social em decorrência da pandemia de COVID-19 e situações de emergências diversas provocadas por eventos climáticos/ambientais.

Valor investido: R\$ 8.662.000

Resultados alcançados: A ação beneficiou 60.308 famílias em situações de vulnerabilidade social nas Unidades de Conservação Federais, contribuindo para a erradicação da fome e pobreza.

Programa de Voluntariado do ICMBio

Resumo (o que é): O Voluntariado ICMBio é uma oportunidade para cada um exercitar sua cidadania e contribuir para um meio ambiente mais equilibrado e melhoria da qualidade de vida local. É uma estratégia pensada para envolver a sociedade na gestão socioambiental, de modo que as pessoas desenvolveram uma relação positiva contribuindo para a preservação do nosso patrimônio ambiental. Qualquer pessoa, com diferentes perfis e habilidades, pode contribuir com a missão do ICMBio de proteger, preservar e gerir o meio ambiente. O programa oferece oportunidades para atuação voluntária em toda a estrutura do instituto (incluindo as Unidades de Conservação, Centros de Pesquisa e outras unidades organizacionais), de modo presencial e /ou à distância, nos mais diversos processos contemplados pelas áreas temáticas do programa:

- Atividades comuns a diversos processos;
- Administração;
- Comunicação;
- Consolidação territorial;
- Educação ambiental;
- Estratégias para conservação;
- Gestão de conflitos em interfaces territoriais;
- Gestão participativa;
- Manejo de plantios florestais de espécies exóticas e nativas e viveiros de mudas;
- Pesquisa, monitoramento e gestão da informação;
- Produção de uso sustentável;
- Proteção ambiental;



- Qualidade de vida; e
- Uso público.

Resultados alcançados:

- 2019: 1491 vagas criadas
- 2020: 1824 vagas criadas
- 2021: 1755 vagas criadas
- 2022 (até outubro): 2463 vagas criadas

Sistema de Monitoramento e Avaliação de Gestão – SAMGe

Resumo (o que é): Ferramenta de análise e monitoramento de gestão das unidades de conservação, de aplicação rápida e resultados imediatos.

Resultados alcançados: 327 unidades avaliadas, sendo 97% das UCs Federais, com efetividade parcial de 55,24%. Para acesso aos resultados de 2019 a 2022, pode-se acessar esse [link](#).

Conversão de multas

Resumo (o que é): Identificação de oportunidades e lacunas de financiamento, aliada à prospecção e captação de novas fontes de recursos externos

Resultados alcançados: 80 projetos aprovados que beneficiam 222 unidades com valor de projetos de aproximadamente 52 milhões e cerca de 120 projetos em fase de análise/aprovação, em decorrência do Edital de Chamada Interna de Projetos nº 01/2021.

Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA

Resumo (o que é): O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) tem como principal meta a conservação e o uso sustentável de 60 milhões de hectares – 15% da Amazônia brasileira – até 2039. É o maior programa de proteção de florestas tropicais do mundo.

Valor investido: TOTAL R\$ 49.629.837,33.

Resultados alcançados:

- Elaboração e revisão de Planos de Manejo (PM) das Ucs;
- Formação e manutenção do Conselho das UCs;



- Operacionalização;
- Demarcação e Sinalização e manutenção da sinalização das UCs;
- Levantamentos fundiário;
- Proteção (FISCALIZAÇÃO);
- Apoio a elaboração e implementação do plano de proteção das UCs;
- Aquisição e manutenção de equipamentos;
- Construção e Manutenção de instalações;
- Monitoramento da conservação de biodiversidade – Programa Monitora (incluindo protocolos básicos de biodiversidade, uso de recursos, e integridade da paisagem).

O Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas – GEF Mar

Resumo (o que é): É coordenado pelo Governo Federal, e foi criado e vem sendo implementado em parceria com instituições privadas e a sociedade civil, com o intuito de promover a conservação da biodiversidade marinha e costeira. O Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas – GEF Mar iniciou sua execução no primeiro trimestre de 2015, através de aportes de recursos de doação do GEF (Global Environmental Facility/GEF) por meio do Banco Mundial. Em outubro de 2018, o projeto recebeu aporte de recursos provenientes do Termo de Compromisso com o IBAMA SEI 1777032 como parte da compensação ambiental para adequação das plataformas marítimas de produção da Petrobrás em relação ao descarte de água de produção.

Valor investido: TOTAL R\$ 6.460.431,00

Resultados alcançados:

- Plano de Manejo, Acordo de Gestão e/ou Plano de Utilização das Ucs;
- Sistema de Proteção;
- Demarcação e sinalização dos limites da área protegida;
- Gestão Participativa e Integração com as Comunidades;
- Uso Público;
- Pesquisa e Monitoramento;
- Manejo de Espécies;
- Equipamentos, Infraestrutura e Manutenção.

Projeto Estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal (GEF Terrestre)

Resumo (o que é): O GEF-Terrestre tem como principal linha de ação o fortalecimento do SNUC a fim de promover uma conservação efetiva em ecossistemas terrestres, com foco



específico nos biomas Caatinga, Pampa e Pantanal. De acordo com o CNUC (Jan/2019), a Caatinga possui um total de 74,684 km² de UCs, totalizando 9,0% da área do bioma; o Pampa possui 5.696 km² (3,2% do bioma) e o Pantanal 6.890 km² (4,6% do bioma). O GEF-Terrestre, por meio do fortalecimento da gestão de Unidades de Conservação, manejo em UCs e áreas adjacentes, recuperação de áreas degradadas e melhoria do estado de conservação de espécies ameaçadas, tem potencial de contribuir para o alcance das metas nacionais.

Valor investido: R\$ 7.748.004,00

Resultados alcançados:

Componente 2 – Manejo de UCs e Áreas adjacentes

Produto 2.1 - Planos de manejo atualizados

Produto 2.2 - Planos de sustentabilidade financeira

Produto 2.3 - UCs com ações de implementação do manejo

Produto 2.4 - UCs com protocolos de monitoramento da biodiversidade testado

Produto 2.5 - UCs com implementação de manejo do fogo

Produto 2.7 - Áreas com acordo de gestão/ Boas práticas em áreas produtivas

Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia – AÇÃO 20WM

Resumo (o que é): Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável da Amazônia, Projeto BMZ Nº 2003 66 658, é parte integrante da cooperação financeira Brasil - Alemanha, financiado pelo Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento - BMZ, por meio do KfW Entwicklungsbank (Banco Alemão de Desenvolvimento) e atua principalmente do Componentes 2, que trata de “Implementação de Florestas Nacionais”, compartilha a execução do Componente 6, do POA, que trata da “Coordenação do Projeto - elaboração de Planos de Manejo, reuniões de conselho, demarcação, sinalização, aquisição de equipamentos e obras, nas 24 Florestas Nacionais na Amazônia Legal, perfazendo um total de 12.235.402 hectares - Atende 24 FLONAS.

Valor investido:

2019 - R\$ 1.536.306,84

2020 - R\$ 1.115.191,40

2021 - R\$ 1.476.776,19

2022 - R\$ 2.015.873,34

TOTAL: R\$ 6.144.147,77

Resultados alcançados:

- Construção/infraestrutura;



ICMBIO

Balanço 2019-2022

- Aquisição de equipamentos;
- Implementação/apoio na gestão das unidades.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD BRA 08/023)

Resumo (o que é): O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento é o órgão da Organização das Nações Unidas que tem por mandato promover o desenvolvimento e erradicar a pobreza no mundo.

No ICMBio é representado pelo projeto BRA 08/023 que visa a conservação da biodiversidade e promoção do desenvolvimento socioambiental do período de 2008 até 2023.

Apoia ações de capacitação para o desenvolvimento das ações relacionadas às unidades de conservação federais no âmbito de estudos e inovações educacionais com mapeamento das necessidades fundamentadas e de qualificação do EAD, ensino remoto e educação híbrida do Ead ICMBio; a implementação da gestão do conhecimento no âmbito dos processos formativos; melhoria da gestão acadêmica na Educação Corporativa; desenvolvimento de novos mecanismos de disseminação dos resultados, ferramentas de capacitação e transferência de conhecimentos para diferentes públicos.

Valor investido: TOTAL: R\$ 6.342.828,89

Resultados alcançados:

- Implementação da gestão;
- Educação corporativa;
- Desenvolvimento de mecanismos para pesquisas;
- Capacitação.

Paisagens Sustentáveis da Amazônia - ASL (GEF – PAISAGENS)

Resumo (o que é): O Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia (ASL) é importante para a contribuição e efetiva gestão das unidades de conservação contempladas por ele, e também para a consolidação da missão institucional do ICMBio no que tange à conservação e a implementação dos instrumentos de gestão, sob a liderança da Secretaria de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente, apoia a elaboração de Plano de Manejo, estruturação de cadeias produtivas, reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, turismo de base comunitária, aquisição de equipamentos, obras, manejo de espécies, pesquisa e monitoramento da biodiversidade.



Valor investido: TOTAL: R\$ 1.570.279,72

Resultados alcançados:

- Plano de manejo;
- Estruturação de cadeias produtivas;
- Aquisição de equipamentos;
- Obras

GEF – PRÓ ESPÉCIES (Estratégia Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção)

Resumo (o que é): O Projeto GEF-Pró Espécies está alinhado aos princípios da Convenção de Diversidade Biológica (CDB), e tem como adotar ações de prevenção, conservação, manejo e gestão que possam minimizar as ameaças e o risco de extinção de espécies, integrando União, estados e municípios na implementação de políticas públicas em pelo menos 12 áreas-chave para conservação de espécies ameaçadas de extinção, totalizando nove milhões de hectares. A expectativa é que, até 2022, sejam tomadas medidas para proteção de todas as espécies da fauna e flora ameaçadas do país, em especial para as 290 que estão em situação mais crítica, visando o envolvimento de 13 estados brasileiros.

O Projeto GEF-Pró Espécies é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que orientará o planejamento, a execução e o monitoramento de atividades. Fundo Mundial para a Natureza - WWF- Brasil, O Projeto GEF-Pró Espécies conta com recursos de doação do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), por meio do FUNBio, além de contrapartida do tipo “*in kind*” do Governo Brasileiro.

Valor investido: TOTAL: 4.904.609,09

Resultados alcançados:

- Oficina Preparatória do 2º ciclo de gestão do PAN Rivulídeos.
- Oficina de Elaboração do PAN Rivulídeos;
- Reunião preparatória e de elaboração do PAN Polinizadores;
- Implementar ações selecionadas de 6 PANs (PAN Peixes da Mata Atlântica, PAN CERPAN, PAN Aves Marinhas, PAN Paraíba do Sul, PAN Rivulídeos, PAN Polinizadores);
- Aprimorar módulos do SISPAN e disponibilizar o sistema para uso pelas OEMAS (Integração entre ICMBio/JBRJ/IBAMA);
- Desenvolver novas metodologias de interpretação dos mapas de compatibilidade ou estratégias para a implementação dos planos de redução de impacto;
- Avaliar risco de extinção de espécies da Fauna;
- Desenvolver ferramentas e painel de informações para análise, síntese e disponibilização



de dados sobre espécies ameaçadas e implementar ferramentas de integração nas bases de dados – ICMBio;

- Aperfeiçoar sistemas de informações sobre biodiversidade - Anos 2 a 4 – ICMBio;
- Bolsas ICMBio;
- Elaborar e divulgar guia técnico para prevenção de invasão biológica associada a empreendimentos em Unidades de Conservação;
- Definir e divulgar áreas prioritárias para detecção precoce e resposta rápida;
- Elaborar metodologia de avaliação da efetividade de PANs territoriais (incluindo indicadores de resultado);
- Estudos Peixes Anuais;
- Avaliar risco de extinção de espécies da Fauna - Anos 2 a 4.

Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI)

Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado (TransformaGov)

Resumo (o que é): Programa que objetiva avaliar e modernizar a gestão estratégica dos órgãos integrantes da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Dentro deste, houve a implantação no Sistema Eletrônico de Informação (SEI) das seguintes funcionalidades:

- Barramento PEN: solução que permite a tramitação de processos entre os órgãos que utilizam o SEI ou outros sistemas que possuam o módulo (barramento).
- Peticionamento Eletrônico: funcionalidade do SEI disponível para usuários externos, a qual possibilita o envio eletrônico de documentos digitais, visando a formar novo processo ou a compor processo já existente, por meio de formulário específico disponibilizado diretamente no sistema.
- Protocolo Digital: usabilidade disponível aos cidadãos (portador ou interessado), aos órgãos e às entidades públicas e privadas protocolar documentos e processos pela Internet, de forma eletrônica, ao ICMBio, sem a necessidade de se deslocarem fisicamente até o Protocolo e, ainda, evitar gastos com o envio de correspondência postal.

Valor investido: Não se aplica.

Resultados alcançados: Maior eficiência e economicidade na tramitação processual, tanto internamente quanto em relação aos outros órgãos da administração.

Plano de Transformação Digital

Resumo (o que é): Instrumento de planejamento que busca refletir todos os esforços de transformação digital do órgão.

Valor investido: Não se aplica.

Resultados alcançados: O ICMBio disponibilizou em seu site no portal Gov.Br, 21 serviços digitais que proporcionam ao cidadão maior agilidade na solicitação de demandas ao Instituto.

Instituição do Plano de Dados Abertos (PDA) do ICMBio

Resumo (o que é): Por meio da Portaria nº 315/2021, em conformidade ao Decreto nº 8.777/2016 foi instituído o plano que objetiva dar maior transparência aos dados produzidos e processados pelo ICMBio.

Valor investido: Não se aplica.

Resultados alcançados: Maior transparência de dados.

Coordenação-Geral de Gestão Administrativa (CGADM)

Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais - 20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais

Resumo (o que é): Aquisição de 132 (cento e trinta e dois) veículos entre picapes 4x4, tratores com implementos agrícolas, UTV (utility task vehicle) e ATV (all-terrain vehicle).

Valor investido: R\$ 25.625.219,00

Resultados alcançados: Eficiência na locomoção de agentes federais de fiscalização ambiental, manejo integrado do fogo e manejo das unidades de conservação e renovação do inventário de veículos.

Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais - 20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais



Resumo (o que é): Aquisição de 16 (dezesesseis) veículos Auto Bomba Tanque Florestal (ABTF).

Valor investido: R\$ 20.395.700,00

Resultados alcançados: Melhoria dos mecanismos de apoio direto ao manejo integrado do fogo nas unidades de conservação.

1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais - 20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais

Resumo (o que é): Aquisição de 11 (onze) repetidoras móveis de sinais de radiocomunicação com link RF/VHF.

Valor investido: R\$ 632.500,00.

Resultados alcançados: Melhoria da comunicação e segurança dos agentes federais durante as atividades de fiscalização ambiental, manejo integrado do fogo e manejo das unidades de conservação.

Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais - 20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais

Resumo (o que é): Aquisição de 15 barracas modulares de campanha.

Valor investido: R\$ 487.500,00.

Resultados alcançados: Abrigo e segurança dos agentes federais durante as atividades de fiscalização ambiental na Operação Guardiões do Bioma.

Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais - 20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais

Resumo (o que é): Aquisição de 150 (cento e cinquenta) dispositivos móveis (tablet).



Valor investido: R\$ 343.200,00.

Resultados alcançados: Apoio ao projeto de pesquisa de monitoramento da pesca artesanal e da biodiversidade em unidades de conservação marinhas e costeiras.

Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais - 20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais

Resumo (o que é): Aquisição de 919 coletes balísticos.

Valor investido: R\$ 857.200,00.

Resultados alcançados: Segurança dos agentes federais durante as atividades de fiscalização ambiental.

Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais - Ação: 20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais

Resumo (o que é): Aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI) e uniformes.

Valor investido: R\$ 6.888.000,00.

Resultados alcançados: Segurança dos agentes federais durante as atividades de fiscalização ambiental.

1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais - 20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais

Resumo (o que é): Serviços de locação de horas de voo de aeronaves de asa fixa e asa rotativa.

Valor investido: R\$ 54.658.000,00.

Resultados alcançados: Melhoria dos mecanismos de apoio direto à fiscalização ambiental, manejo integrado do fogo e manejo das unidades de conservação.



Quanto ao ramos de engenharia e arquitetura verifica-se a elaboração de projetos, realização de construções, reformas, manutenções prediais e serviços comuns de engenharia tais como pintura, troca de revestimento, instalações hidráulicas e instalações elétrica em unidades de conservação, tais como, Parque Nacional de Brasília, Parque Nacional da Tijuca, Acadebio/SP, Floresta Nacional de Ipanema/SP, Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha/PE, Reserva Biológica Atol das Rocas, Parque Nacional do Iguaçu/PR, Parque Nacional de Anavilhanas, Parque Nacional Lençóis Maranhenses, Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba, Parque Nacional Chapada Diamantina e outras.

Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP)

Ação de Capacitação de Servidores Públicos Federais

Resumo (o que é): Essa ação consiste no planejamento e execução de práticas educacionais continuadas, visando promover o desenvolvimento de competências técnicas, gerenciais e transversais dos servidores do ICMBio, de modo a contribuir de forma qualificada no cumprimento da missão institucional, Portaria ICMBio nº 71/2020. Formar, capacitar e desenvolver, por meio de Planos anuais chamados de Planos de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), em consonância com os objetivos estratégicos, com o Projeto Político Pedagógico, com a Política de Desenvolvimento de Pessoas, ambos do ICMBIO e outros processos e instrumentos que proporcionam o acesso, a democratização e o aprimoramento do conhecimento, das habilidades e práticas, bem como subsidia a efetividade, inovação e melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Outras informações podem ser acessadas pelo [Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA/ICMBIO](#).

Valor investido: TOTAL: 6.264.958,41

Resultados alcançados:

QUANTIDADE DE EVENTOS

- Total de 277 eventos realizados

QUANTIDADE DE CONCLUINTES (capacitados/ formados)

- Total de 6.335 pessoas capacitadas



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL